



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM  
REDE NACIONAL PROFEPT**

**GISLAINE CARVALHO COGO**

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES INGRESSANTES POR SORTEIO  
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CAMPUS SÃO VICENTE  
DO SUL**

**JAGUARI, RS**

**2025**

**GISLAINE CARVALHO COGO**

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES  
INGRESSANTES POR SORTEIO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA NO CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Macroprojeto: Organização de Espaços Pedagógicos na EPT.

**Orientadora: Prof. Dra. Letícia Ramalho Brittes.**

**JAGUARI, RS 2025**

Ficha catalográfica  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C676p Cogo, Gislaine Carvalho  
Perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes por  
sorteio na Educação Profissional e Tecnológica no campus  
São Vicente do Sul / Gislaine Carvalho Cogo. – Jaguari, 2025.  
64 f. : il.

Orientadora: Letícia Ramalho Brittes.  
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação  
em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal  
de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2025.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Far-  
roupilha. 2. Ensino técnico. 3. Ensino profissional. 4. Igualdade  
na educação. 5. Educação inclusiva. I. Brittes, Letícia Ramalho,  
orient. II. Título.

CDU: 37

Elaborada por:  
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**


**GISLAINE CARVALHO COGO**

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES INGRESSANTES POR SORTEIO NA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.


Aprovado em 30 de outubro de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 LETICIA RAMALHO BRITES  
Data: 04/02/2026 12:17:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Letícia Ramalho Brites (Orientadora)**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)**

Documento assinado digitalmente  
 DANIELA COPETTI SANTOS  
Data: 30/01/2026 17:10:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Daniela Copetti Santos**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)**



Documento assinado digitalmente

**TAISE TADIELO CEZAR**

Data: 03/02/2026 09:16:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.ª Dra. Taíse Tadielo Cezar**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)**



Documento assinado digitalmente

**GUILHERME BRANDT DE OLIVEIRA**

Data: 09/01/2026 10:35:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Guilherme Brandt de Oliveira**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**


**GISLAINE CARVALHO COGO**

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES INGRESSANTES POR SORTEIO NA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.


Validado em 30 de outubro de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 LETICIA RAMALHO BRITES  
Data: 04/02/2026 11:58:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Letícia Ramalho Brites (Orientadora)**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)**

Documento assinado digitalmente  
 DANIELA COPETTI SANTOS  
Data: 30/01/2026 17:16:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Daniela Copetti Santos**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)**



Documento assinado digitalmente  
**TAISE TADIELO CEZAR**  
Data: 03/02/2026 09:13:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dra. Taíse Tadielo Cezar**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)**



Documento assinado digitalmente  
**GUILHERME BRANDT DE OLIVEIRA**  
Data: 15/01/2026 10:14:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Guilherme Brandt de Oliveira**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, às políticas públicas de educação que possibilitaram a criação e consolidação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, conseqüentemente, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Sem essas iniciativas, esta formação e esta pesquisa não teriam se concretizado.

À minha orientadora, registro minha mais sincera gratidão pela paciência, persistência, dedicação e competência com que conduziu este processo formativo. Sua orientação firme e acolhedora foi fundamental para o desenvolvimento deste. Agradeço não apenas pela orientação acadêmica, mas pelo exemplo humano e inspirador que levarei comigo.

À minha mãe, exemplo de força, amor e determinação, que mesmo com recursos limitados, nunca deixou que nos faltasse o essencial: o incentivo à leitura, à curiosidade e à educação. Foi ela quem, com paciência e criatividade, nos alfabetizou em casa e nos ensinou o valor do conhecimento. Tudo o que sou carrega a marca de seu cuidado e de sua fé na transformação pela educação.

Ao meu pai (in memoriam), cujo exemplo e incentivo aos estudos e valorização da educação, foram fundamentais para a formação dos caminhos que trilhei. Sua memória permanece como inspiração constante.

Aos meus três irmãos, agradeço por sermos presença na vida uns dos outros. Nossa relação, tecida em carinho e cumplicidade, é um porto seguro em meio a qualquer travessia. Carrego comigo a alegria de pertencer a esse laço que me sustenta e inspira desde sempre.

Ao meu marido, cuja presença amorosa e constante faz da caminhada um percurso partilhado. Entre estudos, conversas e silêncios, dividimos não apenas o tempo, mas o propósito de crescer e aprender juntos. Sua companhia foi abrigo e impulso, e este trabalho carrega também um pouco do que construímos lado a lado.

À minha filha, que ilumina meus dias e dá sentido às minhas escolhas. Tudo o que realizei nesta caminhada carrega um pouco do amor que sinto por ela e o desejo de construir um futuro melhor ao seu lado. Este trabalho é, em grande parte, por ela e para ela, fruto da esperança e da coragem que sua existência me inspira.

## RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, Linha 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no Programa Mestrado ProfEPT. Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos na EPT. Teve como objetivo investigar as formas de ingresso dos estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma integrada ao Ensino Médio, do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul. Buscou-se compreender de que maneira os mecanismos de acesso, em especial a modalidade de sorteio adotada em 2021 e 2022 em decorrência da pandemia da Covid-19, contribuem ou não para a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando a histórica dualidade educacional brasileira. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com levantamento e análise de dados junto à Coordenação de Registros Acadêmicos, ao Censo Escolar da Educação Básica (Educacenso), ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e aos editais de ingresso referentes ao período de 2019 a 2024. Os dados foram tratados por meio de procedimentos estatísticos descritivos simples, possibilitando a comparação entre os perfis socioeconômicos dos ingressantes antes e durante a adoção do sorteio. Concluiu-se que a modalidade sorteio, por si só, não garante maior inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contrariando a expectativa inicial da pesquisa. A partir dessa constatação, elaborou-se como produto educacional um folder explicativo de reflexão voltada a gestores, professores e técnicos administrativos em educação, com o intuito de suscitar debates institucionais sobre o ingresso, a permanência e a equidade na Educação Profissional e Tecnológica. Espera-se que esse material contribua para a reflexão crítica e para o fortalecimento de políticas que efetivamente ampliem as oportunidades educacionais, em consonância com a missão do Instituto Federal Farroupilha de oferecer uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade. O material foi validado pelos três segmentos da instituição, e recebeu avaliações positivas quanto à sua aplicabilidade, clareza e relevância. Conclui-se que, embora existam esforços institucionais pela permanência e o sucesso acadêmico de todos os estudantes, ações articuladas farão com que essas políticas se tornem mais eficazes e sustentáveis, promovendo uma cultura institucional comprometida com a inclusão, equidade e com a transformação social no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica; Processo Seletivo; Sorteio; Equidade Educacional; Inclusão Social.

## ABSTRACT

This research was developed within the Graduate Program in Professional and Technological Education, area of concentration Professional and Technological Education, Line 2: Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT), in the ProfEPT Master's Program. It is part of Macroproject 6 – Organization of pedagogical spaces in EPT. The study aimed to investigate the admission processes of students enrolled in Integrated Technical Professional Education at the Secondary Level at the Instituto Federal Farroupilha – São Vicente do Sul Campus. The research sought to understand how access mechanisms, particularly the lottery-based admission model adopted in 2021 and 2022 due to the Covid-19 pandemic, contribute or fail to contribute to the inclusion of students in situations of socioeconomic vulnerability, considering the historical duality of Brazilian education. The study adopted a qualitative approach, involving the collection and analysis of data from the Academic Records Coordination, the Basic Education School Census (Educacenso), the National System of Information on Professional and Technological Education (SISTEC), and admission notices covering the period from 2019 to 2024. Data were analyzed using simple descriptive statistical procedures, enabling comparisons between the socioeconomic profiles of admitted students before and during the adoption of the lottery system. The results indicate that the lottery-based admission model, by itself, does not guarantee greater inclusion of students in situations of socioeconomic vulnerability, contrary to the initial expectations of the research. Based on this finding, an educational product was developed in the form of an explanatory and reflective folder aimed at managers, teachers, and administrative staff in education, with the purpose of fostering institutional debates on access, student retention, and equity in Professional and Technological Education. It is expected that this material will contribute to critical reflection and to the strengthening of policies that effectively expand educational opportunities, in line with the mission of the Instituto Federal Farroupilha to provide free, public, inclusive, and high-quality education. The material was validated by the three institutional segments and received positive evaluations regarding its applicability, clarity, and relevance. It is concluded that, although there are institutional efforts to promote student retention and academic success, coordinated actions are necessary to make these policies more effective and sustainable, fostering an institutional culture committed to inclusion, equity, and social transformation within the context of Professional and Technological Education.

**Keywords:** Professional and Technological Education; Admission Process; Lottery; Educational Equity; Social Inclusion.

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

|            |   |
|------------|---|
| CONSUP     | Conselho Superior   |
| COVID-19   | Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus)                                  |
| CRA        | Coordenação de Registros Acadêmicos   |
| DCN        | Diretrizes Curriculares Nacionais   |
| EDUCACENSO | Censo Escolar da Educação Básica  |
| EJA EPT    | Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica           |
| EMI        | Ensino Médio Integrado  |
| EPT        | Educação Profissional e Tecnológica   |
| FECOBAT    | Feira Estadual de Comércio de batata-doce                                     |
| IF         | Instituto Federal   |
| IFFAR      | Instituto Federal Farroupilha   |
| LDB        | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional                                |
| MEC        | Ministério de Educação e Cultura  |
| PCD        | Pessoa com Deficiência  |
| PDE        | Plano de Desenvolvimento da Educação  |
| PDI        | Programa de Desenvolvimento Institucional                                     |
| PNP        | Plataforma Nilo Peçanha   |
| PPE        | Programa de Permanência e Êxito   |
| PPI        | Projeto Pedagógicos Institucionais  |
| ProfEPT    | Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede Nacional |
| SARS-COV-2 | Coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave                            |
| SETEC      | Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica                             |
| SISTEC     | Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica        |
| SM         | Salário Mínimo  |
| SVS        | São Vicente do Sul  |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>14</b> |
| 1.1 Políticas públicas e Educação Profissional e Tecnológica no Brasil .....   | 14        |
| 1.2 A pandemia da Covid-19 como reveladora das desigualdades educacionais.....   | 16        |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>   | <b>19</b> |
| 2.1 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica ..... | 19        |
| 2.2 Educação Profissional e Tecnológica e a Dualidade Educacional.....   | 20        |
| 2.3 Neoliberalismo, Educação e Desigualdade Social .....   | 21        |
| 2.4 Educação, Justiça Social e a Perspectiva Freiriana.....  | 22        |
| 2.5 Currículo Integrado e Democracia: Contribuições de James A. Beane .....  | 25        |
| 2.5.1 As quatro dimensões da integração curricular.....  | 26        |
| 2.6 Políticas de acesso, neutralidade aparente e reprodução das desigualdades educacionais.....                              | 28        |
| <b>3 METODOLOGIA. ....</b>   | <b>31</b> |
| 3.1 Procedimentos metodológicos, abordagem e fontes de dados. ....   | 31        |
| 3.2 Contexto da pesquisa e período de análise.....   | 32        |
| 3.3 Procedimentos de coleta e análise dos dados .....  | 33        |
| 3.4 Caracterização do município de São Vicente do Sul e do Campus São Vicente do Sul.....                                    | 34        |
| <b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....</b>   | <b>36</b> |
| 4.1 Caracterização dos dados analisados. ....  | 36        |
| 4.2 Análise dos dados socioeconômicos por curso.....   | 36        |
| 4.2.1 Curso Técnico Integrado em Administração.....  | 36        |
| 4.2.2 Curso Técnico Integrado em Agropecuária.....   | 38        |
| 4.2.3 Curso Técnico Integrado em Alimentos.....  | 39        |
| 4.2.4 Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em informática.....  | 40        |
| 4.3 Discussão dos resultados: sorteio e perfil socioeconômico.....   | 42        |
| 4.4 Limitações e desafios na interpretação dos dados.....  | 43        |
| 4.5 Fatores externos e impactos da pandemia.....   | 44        |
| 4.6 Síntese da análise.....  | 45        |
| <b>5 PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>   | <b>46</b> |
| 5.1 O produto educacional no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).....       | 46        |
| 5.2 O folder informativo como instrumento de reflexão institucional.....   | 47        |
| 5.3 Questões norteadoras do folder informativo.....  | 49        |

|  |           |
|--|-----------|
| 5.4 Validação do Produto Educacional.....                            | 51        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                  | <b>55</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>57</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>  | <b>59</b> |
| Apêndice A – Caracterização do município de São Vicente do Sul ..... | 59        |
| Apêndice B – Questionário de validação do produto educacional .....  | 60        |
| Apêndice C – Produto Educacional – Folder Informativo .....          | 63        |

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Políticas públicas e Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e assegurada como direito social pela Constituição Federal de 1988, articula dois direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Essa modalidade educacional tem como finalidade a formação humana e profissional, possibilitando a inserção crítica dos sujeitos no mundo do trabalho e na vida em sociedade, por meio de cursos de qualificação, educação técnica, tecnológica e de pós-graduação, organizados de forma articulada com as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

No contexto brasileiro, a EPT historicamente se insere em um cenário marcado pela dualidade educacional, caracterizada pela oferta desigual de oportunidades formativas conforme a posição social dos sujeitos. Autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), destacam que essa dualidade reflete a própria estrutura da sociedade capitalista, na qual a educação tende a ser destinada de forma diferenciada às classes trabalhadoras e às elites dirigentes.

Tal lógica contribui para a manutenção das desigualdades sociais e educacionais, tornando o acesso à educação de qualidade um desafio permanente para parcelas significativas da população. Nesse cenário, as políticas públicas educacionais assumem papel central na tentativa de mitigar desigualdades e promover maior equidade no acesso à educação.

As políticas públicas podem ser compreendidas como ações, programas e decisões implementadas pelo Estado com o objetivo de responder a demandas sociais, melhorar a qualidade de vida da população e promover justiça social. No campo educacional, tais políticas buscam garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, configura-se como uma política pública educacional de grande relevância nesse processo. Os Institutos Federais ampliaram e diversificaram a oferta da Educação Profissional e Tecnológica em todo o território nacional, articulando ensino, pesquisa e extensão, com a proposta de uma formação integral, crítica e socialmente referenciada.

No âmbito da educação básica, destacam-se os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, cuja proposta pedagógica busca superar a fragmentação entre formação geral e formação

profissional. A perspectiva de formação integrada adotada pelos Institutos Federais fundamenta-se na compreensão do trabalho como princípio educativo e na busca por uma formação humana omnilateral, conforme defendem autores como Saviani (2007) e Moll (2010).

Essa concepção visa à superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, compreendendo o estudante como sujeito histórico, social, cultural e político. No entanto, apesar dos avanços institucionais e das diretrizes orientadas à inclusão, o acesso à Educação Profissional e Tecnológica ainda se apresenta como um desafio, especialmente para estudantes oriundos de famílias em situação de maior vulnerabilidade social.

A escolha do tema desta pesquisa está diretamente relacionada à atuação profissional da pesquisadora junto à Coordenação de Registros Acadêmicos do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul. No exercício de suas atividades institucionais, foi possível observar, de forma recorrente, as dificuldades enfrentadas por famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica no processo de ingresso, especialmente aquelas que não dispõem de acesso adequado a computadores, internet ou informações básicas sobre os procedimentos seletivos.

Essas vivências evidenciaram que, embora grande parte do público atendido pelos Institutos Federais seja composta por famílias de baixa renda, existem desigualdades ainda mais profundas no acesso às oportunidades educacionais, afetando sujeitos que não possuem condições mínimas para concorrer em igualdade de condições nos processos seletivos tradicionais.

Durante o período da pandemia da Covid-19, essas desigualdades tornaram-se ainda mais evidentes, levando a instituição a adotar, nos anos de 2021 e 2022, a modalidade de sorteio como forma de ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Tal medida foi compreendida, à época, como uma estratégia para permitir o acesso e minimizar os efeitos da pandemia.

Contudo, emergiu a necessidade de investigar se essa modalidade, de fato, contribuiu para a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou se manteve padrões semelhantes aos observados em outros mecanismos de seleção, considerando que a adoção do sorteio decorreu, sobretudo, das restrições sanitárias impostas pela pandemia, que inviabilizaram a realização de provas presenciais e a formação de aglomerações.

Diante desse contexto, esta pesquisa está vinculada à Linha 2 – Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos na EPT, que abrange estudos relacionados à organização,

ao planejamento e às práticas institucionais que permeiam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, define-se como problema de pesquisa: como a modalidade de sorteio, enquanto forma de ingresso, pode atuar na promoção de possibilidades de acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica à Educação Profissional e Tecnológica?

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes por sorteio na Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, a fim de compreender os impactos dessa forma de ingresso no acesso de estudantes de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- investigar de que forma os diferentes mecanismos de ingresso influenciam o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao IFFar;
- analisar os efeitos da adoção do sorteio como modalidade de ingresso nos anos de 2021 e 2022;
- desenvolver, como Produto Educacional, um folder informativo voltado à reflexão institucional sobre ingresso, permanência e equidade na Educação Profissional e Tecnológica.

Ao investigar essa temática, o estudo busca contribuir para o fortalecimento do debate institucional e acadêmico sobre políticas de acesso à Educação Profissional e Tecnológica, reconhecendo o papel estratégico dos Institutos Federais na redução das desigualdades educacionais e na promoção de uma educação pública, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada.

## **1.2 A pandemia da Covid-19 como reveladora das desigualdades educacionais**

A pandemia da Covid-19 explicitou de maneira contundente as desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional brasileiro. A rápida transição para processos mediados por tecnologias digitais revelou que o acesso à educação não depende apenas da existência formal de vagas, mas das condições concretas de vida dos sujeitos.

Nesse sentido, Paulo Freire já alertava que a educação não pode ser pensada de forma abstrata ou descolada da realidade social, pois, segundo o autor, “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem el, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 1970, p. 21).

Durante o período pandêmico, estudantes oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade enfrentaram obstáculos que extrapolaram o campo pedagógico, envolvendo

dificuldades de acesso à internet, ausência de equipamentos tecnológicos, precarização das condições de trabalho dos responsáveis e intensificação da insegurança econômica.

Tais elementos impactaram diretamente não apenas a permanência escolar, mas também as possibilidades de ingresso em instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica. Paulo Freire destaca que políticas educacionais que desconsideram essas condições tendem a reforçar processos de exclusão, ao tratar a educação como um processo histórico e socialmente situado.

Essa compreensão é central para a análise dos mecanismos de acesso à educação que se apresentam como neutros ou universalistas. Tais mecanismos, ao serem formulados sob a aparência de igualdade formal, tendem a ocultar as desigualdades históricas, sociais e econômicas que antecedem o próprio processo seletivo. A adoção do sorteio como forma de ingresso, embora elimine a seletividade baseada no desempenho escolar, frequentemente associada ao capital cultural e às trajetórias educacionais desiguais, não enfrenta, por si só, os condicionantes estruturais que delimitam quem consegue, de fato, participar do processo de ingresso. Ao desconsiderar as assimetrias de acesso à informação, à tecnologia, às condições materiais de vida e às oportunidades educacionais acumuladas ao longo do tempo, políticas dessa natureza podem operar sob uma lógica de neutralidade apenas aparente, que acaba por preservar a ordem social vigente e reproduzir desigualdades já existentes, ainda que revestidas de um discurso democrático e inclusivo.

Essa leitura crítica sobre a suposta neutralidade das políticas educacionais é explicitada por Frigotto ao afirmar que:

... o conhecimento, quer em sua produção, quer em sua divulgação, articula-se com interesses de classes. A defesa da neutralidade científica não passa de um mecanismo de defesa do status quo, no caso dos interesses burgueses. Ao assumir uma ótica de crítica aos interesses burgueses e postular que tal ótica crítica carrega historicamente mais condições (embora não suficientes) para um desvendamento mais profundo do real, podemos ensejar uma interpretação apressada que se direciona para o relativismo absoluto, o ceticismo ou o caráter doutrinário do conhecimento (FRIGOTTO, 2022, p. 42).

No contexto da pandemia, a exigência de inscrições exclusivamente online, o acompanhamento de editais digitais e a compreensão de procedimentos burocráticos passaram a operar como filtros silenciosos de exclusão. Ainda que o sorteio tenha sido adotado como

solução emergencial diante das restrições sanitárias, sua efetividade enquanto mecanismo de democratização do acesso precisa ser analisada à luz dessas condições materiais.

Assim, políticas de acesso que não se articulam a ações de acolhimento, permanência e apoio institucional correm o risco de reproduzir desigualdades históricas, ainda que revestidas de um discurso democrático. Frigotto (2022) reforça que, sob a lógica neoliberal, políticas educacionais tendem a deslocar o debate da desigualdade estrutural para a responsabilidade individual, esvaziando o papel do Estado na promoção da justiça social.

Dessa forma, compreender a adoção do sorteio como forma de ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Farroupilha exigem situá-la no contexto ampliado das desigualdades educacionais intensificadas pela pandemia da Covid-19. Mais do que avaliar o mecanismo em si, torna-se fundamental analisar os fatores sociais e institucionais que condicionam quem consegue, efetivamente, acessar a Educação Profissional e Tecnológica, questão que orienta o desenvolvimento desta pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui-se como uma política pública estratégica ao articular dois direitos fundamentais assegurados constitucionalmente: o direito à educação e o direito ao trabalho. No Brasil, sua consolidação enquanto política de Estado intensifica-se a partir dos anos 2000, especialmente com a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que passou a atuar de forma capilarizada em todo o território nacional, com presença em todas as unidades da federação (BRASIL, 2024).

Esse movimento de expansão da Rede Federal foi antecedido por debates institucionais e políticos que buscavam redefinir o papel da Educação Profissional e Tecnológica no país. Segundo Pacheco (2007), a ampliação da Rede Federal estava associada à necessidade de interiorização da oferta educacional, à democratização do acesso e à articulação entre educação, desenvolvimento regional e inclusão social.

Em 2005, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), deu início à Fase I do Plano de Expansão da Rede Federal, cujo objetivo central foi ampliar o acesso à EPT em regiões historicamente desassistidas, promovendo a interiorização da oferta educacional e a redução das desigualdades regionais.

Tal política buscou não apenas ampliar o número de instituições, mas também fortalecer a articulação entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, alinhando a formação profissional às estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável. Esse processo culminou na promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu oficialmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

§ 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais não mencionadas na composição dos Institutos Federais, conforme relação constante do Anexo III desta Lei, poderão, mediante aprovação do Conselho Superior de sua respectiva universidade federal, propor ao Ministério da Educação a adesão ao Instituto Federal que esteja constituído na mesma base territorial (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais passaram a contar com autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica, assumindo o compromisso legal de ofertar, prioritariamente, cursos

técnicos de nível médio, especialmente na forma integrada, além de cursos de graduação, licenciaturas e pós-graduação.

Na avaliação de Pacheco (2009), a criação dos Institutos Federais representou uma ruptura com modelos tradicionais de educação profissional, ao propor uma instituição multicampi, interiorizada e comprometida com a formação humana integral. Para o autor, os IFs assumem uma função estratégica no enfrentamento das desigualdades educacionais e regionais, ao articular ensino, pesquisa e extensão com as demandas sociais e produtivas dos territórios onde estão inseridos.

Diferentemente de outras instituições de ensino superior, os Institutos Federais apresentam uma organização pedagógica singular, marcada pela verticalização do ensino, pela integração entre ensino, pesquisa e extensão e pela forte vinculação com os arranjos produtivos locais.

Essa estrutura possibilita uma formação que ultrapassa a mera preparação para o mercado de trabalho, buscando o desenvolvimento integral dos sujeitos e sua inserção crítica no mundo do trabalho e na vida social.

## **2.2 Educação Profissional e Tecnológica e a Dualidade Educacional**

A Educação Profissional e Tecnológica está historicamente vinculada ao debate sobre a dualidade educacional no Brasil, entendida como a separação estrutural entre uma educação destinada às elites e outra voltada à formação da classe trabalhadora. Essa dualidade, conforme aponta Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), reflete as contradições próprias do modo de produção capitalista, reproduzindo desigualdades sociais por meio do sistema educacional.

Marx (1867) já evidenciava que as desigualdades econômicas tendem a se refletir nas condições de acesso aos bens sociais, entre eles a educação. A divisão social do trabalho, analisada por Engels (1986), não apenas separa trabalho manual e intelectual, mas também sustenta modelos educacionais distintos, reservando à classe trabalhadora uma formação instrumental e às elites uma formação intelectual ampla.

Saviani (2007) reforça que a separação entre educação e trabalho surge como consequência direta da apropriação privada dos meios de produção, consolidando uma educação dualista que limita as possibilidades de emancipação das classes populares. Nesse contexto, a superação da dualidade educacional exige a construção de uma escola unitária, capaz de garantir a todos o acesso aos conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos necessários à compreensão e transformação da realidade social.

Autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) e Moll (2010) destacam que a Educação

Profissional e Tecnológica, quando orientada por princípios de formação integral, pode atuar como instrumento de enfrentamento da dualidade educacional, desde que não se limite à formação técnica restrita, mas promova uma educação que articule trabalho, ciência, cultura e cidadania.

### **2.3 Neoliberalismo, Educação e Desigualdade Social**

O debate contemporâneo sobre educação pública, especialmente no campo da Educação Profissional e Tecnológica, não pode ser compreendido sem considerar a influência do neoliberalismo enquanto racionalidade política, econômica e cultural. Mais do que um conjunto de políticas econômicas, o neoliberalismo constitui uma forma específica de organizar a vida social, redefinindo o papel do Estado, das políticas públicas e dos direitos sociais, entre eles o direito à educação.

Conforme analisa Tomaz Tadeu da Silva (1995), o neoliberalismo promove uma reconfiguração profunda da educação, deslocando-a do campo dos direitos sociais para o campo do mercado. Nesse processo, a educação deixa de ser concebida como bem público e passa a ser tratada como investimento individual, submetida à lógica da eficiência, da produtividade e da competitividade. Problemas educacionais historicamente vinculados à desigualdade social, à distribuição desigual de recursos e às relações de poder passam a ser reinterpretados como falhas técnicas de gestão ou de desempenho individual.

Essa lógica sustenta a difusão de conceitos como “qualidade total”, “eficiência”, “produtividade” e “meritocracia”, que, embora aparentem neutralidade, operam como mecanismos ideológicos de ocultamento das desigualdades estruturais. Ao defender que todos competem em condições supostamente iguais, o discurso neoliberal desconsidera as profundas assimetrias sociais que marcam as trajetórias educacionais dos estudantes, naturalizando desigualdades e responsabilizando os indivíduos por fracassos que são, na verdade, socialmente produzidos.

Frigotto (2022), aprofunda essa crítica ao demonstrar que a educação, sob a hegemonia neoliberal, tende a ser subordinada às demandas imediatas do capital. Nesse contexto, os processos educativos são orientados prioritariamente para a formação de uma força de trabalho flexível, adaptável e funcional às necessidades do mercado, em detrimento de uma formação humana integral. A fragmentação do conhecimento, a ênfase em competências utilitaristas e a redução da educação a treinamento técnico expressam essa subordinação, esvaziando o potencial emancipador da escola pública.

A Educação Profissional e Tecnológica, nesse cenário, ocupa um lugar estratégico e contraditório. Por um lado, é constantemente convocada a atender às exigências do mercado de trabalho, reforçando a lógica da empregabilidade e da adaptação às dinâmicas produtivas. Por outro, carrega a possibilidade de constituir-se como espaço de formação crítica e de enfrentamento da dualidade educacional, desde que orientada por princípios de justiça social, democracia e formação integral.

O neoliberalismo também redefine a noção de cidadania, transformando o sujeito político em sujeito econômico e o cidadão em consumidor. Como destaca Silva (1995), essa transformação desloca o debate público sobre igualdade, justiça social e direitos coletivos, substituindo-o por escolhas individuais mediadas pelo mercado. Na educação, isso se expressa na defesa de mecanismos como vouchers, privatizações e parcerias público-privadas, que tendem a aprofundar desigualdades ao favorecer grupos com maior capital econômico e cultural.

Nesse sentido, políticas educacionais que se apresentam como universais ou neutras podem, paradoxalmente, reforçar desigualdades preexistentes. Ao ignorarem as condições materiais, culturais e simbólicas que moldam o acesso e a permanência dos estudantes, tais políticas contribuem para a manutenção de um sistema educacional excludente, ainda que revestido de um discurso democrático. A crítica ao neoliberalismo, portanto, é fundamental para compreender os limites de políticas de acesso à educação que não dialogam com a realidade concreta dos sujeitos.

## **2.4 Educação, Justiça Social e a Perspectiva Freiriana**

A reflexão sobre educação e justiça social encontra em Paulo Freire uma de suas formulações mais potentes e consistentes. Para Freire (1970), a educação é, por natureza, uma prática política, jamais neutra. Ela pode atuar tanto na reprodução das desigualdades sociais quanto na construção de processos emancipatórios, dependendo das concepções pedagógicas que a orientam.

Na perspectiva freiriana, a justiça social não se restringe ao acesso formal à escola, mas envolve a garantia de condições reais de participação, permanência e aprendizagem significativa. Freire critica duramente modelos educacionais baseados na competição, na meritocracia e na transmissão bancária do conhecimento, por compreender que tais modelos reforçam a opressão e silenciam as vozes dos grupos historicamente marginalizados.

A noção de conscientização ocupa lugar central em sua obra. Para Freire (1970), a educação deve possibilitar aos sujeitos a leitura crítica da realidade, permitindo que compreendam as estruturas sociais, econômicas e políticas que produzem a desigualdade. Esse processo de conscientização não ocorre de forma individualizada, mas por meio do diálogo, da problematização e da ação coletiva. Como afirma o autor, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1970, p.47)

Essa compreensão tem implicações diretas para a Educação Profissional e Tecnológica. Ao invés de restringir-se à formação técnica instrumental, a EPT deve assumir o compromisso com a formação integral dos sujeitos, articulando trabalho, ciência, cultura e cidadania. Uma educação orientada pela perspectiva freiriana busca formar trabalhadores críticos, capazes de compreender o mundo do trabalho não apenas como espaço de inserção produtiva, mas como campo de disputas, contradições e possibilidades de transformação social.

Freire também problematiza a lógica meritocrática, ao evidenciar que o mérito não pode ser analisado de forma isolada das condições sociais de partida. Em contextos marcados por profundas desigualdades, avaliar os sujeitos apenas por desempenho individual significa ignorar as múltiplas formas de opressão que limitam suas oportunidades. Dessa forma, políticas educacionais que se fundamentam exclusivamente em critérios meritocráticos tendem a legitimar desigualdades, ao invés de enfrentá-las.

No âmbito das políticas de acesso à educação, essa crítica é especialmente relevante. Mecanismos que aparentam neutralidade, como processos seletivos baseados exclusivamente no desempenho ou mesmo sorteios aleatórios, podem falhar em promover justiça social se não forem acompanhados de políticas de apoio, permanência e escuta dos sujeitos. A perspectiva freiriana exige que se reconheça a vulnerabilidade social não como falha individual, mas como produto de uma ordem social injusta.

Assim, pensar educação a partir de Freire implica assumir um compromisso ético e político com a transformação social. Significa reconhecer os estudantes como sujeitos históricos, portadores de saberes e experiências, e construir práticas pedagógicas e políticas educacionais que dialoguem com suas realidades. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essa perspectiva reforça a necessidade de articular acesso, currículo e permanência como dimensões inseparáveis de um projeto educacional comprometido com a justiça social e a emancipação humana.

Assim, na perspectiva freiriana, discutir educação implica necessariamente discutir as condições concretas de existência dos sujeitos que dela participam. Para Paulo Freire, não é possível pensar o acesso à escola de forma dissociada das condições de permanência e do

sentido que a educação assume na vida dos educandos. O autor alerta que políticas educacionais que se limitam à abertura formal de vagas tendem a reproduzir desigualdades quando desconsideram as estruturas sociais que historicamente marginalizam determinados grupos.

Em *Pedagogia da Autonomia*, Freire afirma que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (FREIRE, 1996 p. 17), destacando que esses saberes são construídos a partir das experiências sociais, culturais e econômicas vividas pelos sujeitos. Ignorar tais experiências significa reforçar uma lógica educacional excludente, que toma como padrão uma trajetória escolar idealizada, geralmente associada às classes médias e altas, e transforma diferenças sociais em deficiências individuais.

Essa crítica se articula diretamente com a noção de meritocracia, amplamente difundida nos sistemas educacionais contemporâneos. Embora apresentada como um princípio de justiça, a meritocracia desconsidera as desigualdades estruturais que atravessam as trajetórias escolares desde os primeiros anos de escolarização. Para Freire, essa lógica contribui para a naturalização da exclusão, ao responsabilizar os próprios sujeitos por seu fracasso escolar.

Essa análise permite compreender que práticas educativas orientadas exclusivamente por critérios de desempenho ou seleção tendem a reforçar desigualdades, sobretudo quando aplicadas a contextos marcados pela pobreza, pela exclusão social e pela precarização das condições de vida. Ao deslocar a responsabilidade do coletivo para o indivíduo, a meritocracia obscurece o papel do Estado e das instituições educacionais na promoção da equidade.

Freire defende que a educação comprometida com a justiça social deve partir do reconhecimento da opressão como um fenômeno histórico e socialmente construído, produzido pelas relações humanas no interior de uma ordem social desigual. Nessa perspectiva, a opressão não é compreendida como algo natural ou imutável, mas como resultado de processos históricos que podem ser questionados e transformados por meio da ação crítica e coletiva dos sujeitos (FREIRE, 1970).

Essa concepção é central para pensar políticas públicas educacionais, pois desloca o debate do campo da adaptação dos indivíduos ao sistema para o campo da transformação das estruturas que produzem desigualdades. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, isso implica compreender que estudantes em situação de vulnerabilidade social enfrentam obstáculos que extrapolam o desempenho acadêmico, envolvendo questões como acesso à renda, transporte, alimentação, saúde mental e apoio familiar.

A permanência, portanto, assume um papel central na perspectiva freiriana. Para Freire (1970), não basta que o estudante esteja fisicamente presente na escola; é necessário que se reconheça como sujeito do processo educativo, capaz de intervir criticamente na realidade. Nessa compreensão, a

educação só se realiza plenamente quando articula reflexão e ação sobre o mundo, possibilitando aos sujeitos compreenderem e transformarem as condições sociais em que estão inseridos. Quando a escola ignora as condições objetivas de vida dos educandos, rompe-se essa possibilidade de práxis, comprometendo o sentido emancipador da educação.

Nesse sentido, políticas educacionais que buscam democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica precisam ser acompanhadas de ações institucionais que garantam condições reais de permanência e êxito. A ausência dessas condições pode transformar mecanismos aparentemente democráticos em instrumentos de reprodução das desigualdades, ao manter invisíveis os obstáculos enfrentados pelos estudantes mais vulneráveis.

A leitura freiriana permite, portanto, compreender que a justiça social na educação não se limita à igualdade formal de oportunidades, mas exige equidade, entendida como o reconhecimento das diferenças sociais, históricas e culturais como ponto de partida para a formulação de políticas educacionais mais justas. Para Freire (1996), a educação desempenha papel decisivo na humanização da sociedade e na consolidação de processos democráticos, uma vez que está diretamente relacionada à formação ética, política e crítica dos sujeitos. Nesse sentido, pensar a educação como prática transformadora implica assumir o compromisso com a construção de uma sociedade menos desigual, mais democrática e socialmente responsável.

Dessa forma, ao fundamentar-se em Paulo Freire, este trabalho assume a compreensão de que políticas de ingresso, acesso e permanência na Educação Profissional e Tecnológica devem ser analisadas à luz das condições históricas e sociais que moldam as trajetórias dos estudantes. Essa abordagem não apenas amplia a compreensão dos dados empíricos, mas também reafirma o compromisso ético e político da educação com a transformação social.

## **2.5 Currículo Integrado e Democracia: Contribuições de James A. Beane**

James A. Beane é um educador norte-americano amplamente reconhecido por suas contribuições no campo do currículo e da educação democrática. Atuou como professor no Departamento de Estudos Interdisciplinares de Currículo da National Louis University e desenvolveu pesquisas voltadas à construção de práticas pedagógicas mais democráticas, inclusivas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes. Sua obra destaca-se por criticar modelos curriculares tradicionais, fragmentados e distanciados da realidade social, defendendo a integração curricular como eixo estruturante de uma educação voltada à democracia e à justiça social.

Em sua obra *Integração Curricular: a concepção do núcleo da educação democrática* (2003), Beane propõe uma concepção de currículo que ultrapassa a simples articulação entre

disciplinas. Para o autor, a integração curricular constitui uma perspectiva pedagógica profunda, fundamentada na participação ativa dos estudantes, na valorização de suas experiências e na organização do ensino a partir de questões significativas da vida social.

O currículo, nessa perspectiva, deixa de ser um conjunto de conteúdos previamente definidos e passa a ser construído coletivamente, em diálogo com as preocupações, interesses e desafios enfrentados pelos sujeitos.

Beane argumenta que a escola democrática deve organizar-se em torno de problemas reais e socialmente relevantes, possibilitando que os estudantes compreendam criticamente a realidade e se reconheçam como agentes capazes de transformá-la. Assim, a integração curricular não é compreendida como técnica metodológica, mas como um compromisso político com a democracia, a inclusão e a justiça social. Essa concepção rompe com a lógica tradicional de ensino, marcada pela fragmentação do conhecimento, pela centralidade do professor e pela passividade discente, ao defender práticas pedagógicas baseadas no diálogo, na investigação e na cooperação.

### **2.5.1 As quatro dimensões da integração curricular**

Beane estrutura sua proposta de integração curricular a partir de quatro dimensões interdependentes: a integração das experiências, a integração social, a integração do conhecimento e a integração como concepção curricular. Essas dimensões constituem os fundamentos de um currículo democrático, comprometido com a formação cidadã e com a superação das desigualdades educacionais.

#### *a) Integração das experiências*

A integração das experiências parte do princípio de que a aprendizagem significativa ocorre quando o currículo dialoga diretamente com as vivências concretas dos estudantes. Segundo Beane (2003), os indivíduos constroem sentidos sobre si mesmos e sobre o mundo a partir das experiências que vivenciam em seu cotidiano. Quando essas experiências são reconhecidas e incorporadas ao currículo escolar, o processo educativo torna-se mais relevante, crítico e emancipador.

Nesse sentido, o currículo não deve desconsiderar as histórias de vida, os contextos sociais e culturais e os saberes prévios dos estudantes, mas utilizá-los como ponto de partida para a construção do conhecimento. A aprendizagem integradora ocorre quando o conteúdo

escolar se conecta às experiências que marcam a trajetória dos sujeitos, permitindo que eles ressignifiquem suas vivências à luz do conhecimento científico.

Projetos interdisciplinares que partem de problemas reais da comunidade exemplificam essa dimensão da integração curricular. Ao investigar questões como desigualdade social, segurança alimentar, meio ambiente ou trabalho, os estudantes mobilizam diferentes áreas do conhecimento e se reconhecem como protagonistas do processo educativo. Essa abordagem contrasta com o modelo tradicional de ensino, em que os conteúdos são apresentados de forma abstrata e desconectada da realidade, o que frequentemente gera desinteresse e evasão escolar.

#### *b) Integração social*

A integração social refere-se à necessidade de proporcionar experiências educacionais comuns a todos os estudantes, independentemente de suas origens sociais, econômicas, culturais ou étnicas. Em uma sociedade democrática, a escola deve ser um espaço de convivência, diálogo e construção coletiva de valores, promovendo o sentimento de pertencimento e o compromisso com o bem comum.

Para Beane, a integração social não significa homogeneização ou apagamento das diferenças, mas a valorização da diversidade como elemento constitutivo da vida democrática. O currículo integrado deve criar oportunidades para que estudantes com trajetórias distintas compartilhem experiências, debatam problemas sociais e construam soluções coletivas, fortalecendo valores como solidariedade, empatia e responsabilidade social.

Essa dimensão assume especial relevância em contextos marcados por profundas desigualdades sociais, como o brasileiro, em que a escola pode se tornar um espaço privilegiado de enfrentamento da exclusão e da fragmentação social. Ao promover experiências educativas comuns e significativas, o currículo integrado contribui para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social.

#### *c) Integração do conhecimento*

A integração do conhecimento diz respeito à superação da fragmentação disciplinar que caracteriza a organização tradicional do currículo escolar. Para Beane, o conhecimento não é produzido ou utilizado de forma compartimentalizada na vida social; ao contrário, os sujeitos recorrem a diferentes saberes de maneira articulada para compreender e intervir na realidade.

A fragmentação do currículo, ao priorizar conteúdos isolados e descontextualizados, tende a afastar o conhecimento da experiência dos estudantes e a reforçar a ideia de que o saber escolar é abstrato e distante da vida cotidiana. A integração do conhecimento busca romper com

essa lógica, articulando diferentes áreas em torno de problemas significativos e promovendo aprendizagens contextualizadas e críticas.

Essa dimensão da integração curricular contribui para democratizar o acesso ao conhecimento, ao reconhecer a legitimidade de diferentes formas de saber, incluindo os saberes populares, culturais e comunitários. Ao valorizar essas múltiplas dimensões do conhecimento, o currículo integrado fortalece a formação de cidadãos capazes de interpretar a realidade de forma crítica e de atuar coletivamente na busca por soluções.

#### *d) Integração como concepção curricular*

A integração curricular, enquanto concepção específica, refere-se a um conjunto de princípios que orientam a organização e o desenvolvimento do currículo escolar. Entre esses princípios destacam-se: a organização do currículo a partir de problemas e questões relevantes para os estudantes e para a sociedade; a articulação entre diferentes áreas do conhecimento; o uso do saber como ferramenta para a compreensão e transformação da realidade; e a participação ativa dos estudantes na planificação curricular.

Nessa perspectiva, o currículo deixa de ser um instrumento de transmissão de informações e passa a constituir um espaço de diálogo, investigação e ação coletiva. A centralidade dos projetos, das atividades práticas e da participação discente reforça o caráter democrático da proposta, ao reconhecer os estudantes como sujeitos ativos do processo educativo.

Assim, na perspectiva de Beane (2003), torna-se evidente que a democratização da educação exige mais do que a ampliação formal do acesso. É necessário articular políticas de ingresso, currículo e práticas pedagógicas de modo integrado, considerando as experiências, necessidades e condições reais dos estudantes. Somente assim será possível construir uma Educação Profissional e Tecnológica verdadeiramente democrática, comprometida com a justiça social e com a emancipação dos sujeitos.

## **2.6 Políticas de acesso, neutralidade aparente e reprodução das desigualdades educacionais**

A análise das políticas de acesso à Educação Profissional e Tecnológica exige a superação de leituras simplificadoras que tratam os mecanismos de ingresso como instrumentos neutros ou exclusivamente técnicos. Conforme discutido nos tópicos anteriores, tanto a racionalidade neoliberal quanto a crítica freiriana evidenciam que nenhuma política educacional

está dissociada de intencionalidades políticas, relações de poder e condições materiais historicamente construídas.

Sob a lógica neoliberal, políticas de acesso tendem a ser formuladas a partir de princípios como eficiência, simplificação administrativa e universalização formal, frequentemente desconsiderando as desigualdades estruturais que condicionam a participação efetiva dos sujeitos. Como aponta Frigotto (2022), essa aparente neutralidade opera como mecanismo de legitimação das desigualdades, ao deslocar o foco das condições sociais para o desempenho ou para a escolha individual. Assim, procedimentos que tratam todos os candidatos como formalmente iguais acabam por ignorar que os pontos de partida são profundamente desiguais.

Nesse contexto, o sorteio como forma de ingresso pode ser compreendido como uma política ambígua. Por um lado, rompe com a seletividade meritocrática baseada no desempenho escolar, historicamente associada à exclusão de estudantes das classes populares. Por outro, ao operar exclusivamente pela aleatoriedade, não enfrenta, de maneira direta, as barreiras estruturais que limitam o acesso de grupos socialmente vulneráveis, como a exclusão digital, o acesso desigual à informação, as condições materiais de vida e as trajetórias escolares marcadas por desigualdades acumuladas.

A perspectiva freiriana contribui de forma decisiva para essa análise ao problematizar a noção de neutralidade na educação. Para Freire (1970), políticas educacionais que não dialogam com a realidade concreta dos sujeitos tendem a reforçar processos de opressão, ainda que revestidas de um discurso democrático. A justiça social, nessa perspectiva, não se realiza apenas pela abertura formal de vagas, mas pela criação de condições efetivas para que os sujeitos historicamente excluídos possam acessar, permanecer e se reconhecer como pertencentes aos espaços educativos.

Os achados desta pesquisa dialogam diretamente com esse referencial teórico ao evidenciarem a ausência de correlação direta entre o ingresso por sorteio e a renda familiar dos estudantes. Longe de indicar a inexistência de desigualdades, esse resultado aponta para a complexidade dos processos de exclusão educacional, que não se manifestam apenas nos números, mas nas dinâmicas sociais que antecedem e atravessam o acesso à instituição.

A decisão de participar do processo seletivo, a possibilidade de acompanhar os editais, o acesso às tecnologias digitais e o apoio familiar são fatores que operam antes mesmo da realização do sorteio, influenciando quem efetivamente concorre às vagas.

Assim, o sorteio, quando analisado isoladamente, revela seus limites enquanto instrumento de promoção da equidade. Conforme discutido por Frigotto (2022) e Freire (1970),

políticas educacionais universalistas, quando não articuladas a ações afirmativas, políticas de permanência e estratégias de acolhimento, tendem a reproduzir as desigualdades que afirmam combater.

A democratização do acesso, portanto, não pode ser reduzida à eliminação de provas ou critérios seletivos, mas deve ser pensada como parte de um projeto educacional mais amplo, comprometido com a justiça social.

Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica, especialmente no âmbito dos Institutos Federais, carrega o desafio de articular políticas de ingresso, currículo e permanência de forma integrada. Como política pública, sua função social ultrapassa a formação para o mercado de trabalho, assumindo o compromisso com a formação humana integral e com a redução das desigualdades educacionais históricas. O ingresso por sorteio, quando compreendido como ponto de partida para reflexões institucionais mais amplas, pode contribuir para esse debate, desde que não seja concebido como solução isolada.

Portanto, a análise teórica aqui desenvolvida sustenta a compreensão de que políticas de acesso aparentemente neutras podem operar como mecanismos de manutenção das desigualdades, caso não dialoguem com as condições reais dos estudantes. Essa constatação fundamenta a necessidade de refletir criticamente sobre o sorteio enquanto modalidade de ingresso, articulando-o a políticas institucionais que garantam não apenas o acesso formal, mas a permanência, o êxito acadêmico e a efetiva democratização da Educação Profissional e Tecnológica.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Procedimentos metodológicos, abordagem e fontes de dados

A presente pesquisa caracteriza-se como documental, de abordagem quantitativa e de natureza descritiva, tendo como objetivo analisar os dados socioeconômicos dos estudantes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

A opção pela pesquisa documental justifica-se pelo fato de o estudo utilizar registros institucionais e bases de dados oficiais produzidos no âmbito das rotinas administrativas da instituição, os quais ainda não haviam sido sistematizados e analisados sob a perspectiva da problemática investigada. Segundo Gil (2002), a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam tratamento analítico prévio ou que podem ser reexaminados a partir de novas questões de pesquisa, possibilitando interpretações distintas daquelas originalmente pretendidas em sua produção.

Nesse sentido, os documentos e bases de dados analisados nesta pesquisa, tais como registros acadêmicos, informações do Educacenso e do SISTEC, editais de ingresso e documentos institucionais, foram produzidos com finalidades administrativas e legais, mas revelam potencial analítico significativo quando relacionados ao debate sobre acesso, equidade e políticas públicas na Educação Profissional e Tecnológica.

A natureza descritiva do estudo fundamenta-se na intenção de observar, registrar, organizar e analisar as características socioeconômicas dos estudantes ingressantes, sem a pretensão de estabelecer relações de causalidade. Conforme Triviños (1987), a pesquisa descritiva busca retratar fielmente os fenômenos investigados, permitindo identificar regularidades, tendências e padrões presentes na realidade empírica.

A abordagem quantitativa mostrou-se adequada em razão do tipo de dado analisado, uma vez que o estudo se apoia em informações numéricas relativas à renda familiar, ao número de ingressantes e aos índices de desistência. Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa quantitativa permite a mensuração e a comparação sistemática de dados, favorecendo análises objetivas e a identificação de comportamentos recorrentes em determinados tempos e contextos sociais.

Diferentemente da pesquisa bibliográfica, que se fundamenta em produções teóricas já sistematizadas por outros autores, a pesquisa documental possibilita novas leituras da realidade institucional, ao tomar como objeto documentos produzidos no cotidiano das organizações.

Essa característica confere ao estudo um caráter analítico e interpretativo relevante, especialmente no âmbito do mestrado profissional, no qual se busca articular investigação acadêmica e prática institucional.

### **3.2 Contexto da pesquisa e período de análise**

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, considerando os dados dos estudantes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio no período compreendido entre 2019 e 2024. A escolha desse recorte temporal fundamenta-se na necessidade de analisar diferentes contextos institucionais e sociais que impactaram as formas de ingresso e o perfil discente ao longo dos anos.

O período selecionado permite a comparação entre três momentos distintos: os anos anteriores à pandemia da Covid-19 (2019 e 2020), marcados pela realização de processos seletivos tradicionais, os anos de 2021 e 2022, nos quais o ingresso ocorreu por meio de sorteio, em razão das restrições sanitárias impostas pela pandemia e os anos posteriores à retomada gradual das atividades presenciais (2023 e 2024), quando os processos seletivos tradicionais foram reestabelecidos.

A adoção do sorteio como forma de ingresso nos anos de 2021 e 2022 ocorreu em caráter excepcional, motivada pela impossibilidade de realização de provas presenciais e pela necessidade de evitar aglomerações. Esse contexto singular conferiu ao sorteio um caráter emergencial, distinto de uma política institucional estruturada de acesso, o que torna sua análise ainda mais relevante do ponto de vista crítico.

A comparação entre os diferentes períodos teve como finalidade identificar possíveis alterações no perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes, especialmente no que se refere à participação de alunos oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social. Ao analisar os dados em perspectiva longitudinal, buscou-se compreender se a adoção do sorteio esteve associada a mudanças significativas no acesso à Educação Profissional e Tecnológica ou se manteve padrões semelhantes aos observados em outros mecanismos de ingresso.

Esse recorte temporal também permite considerar os efeitos indiretos da pandemia sobre as condições socioeconômicas das famílias, reconhecendo que fatores externos ao processo seletivo, como desemprego, perda de renda e exclusão digital, podem ter influenciado tanto a decisão de participar do ingresso quanto a permanência dos estudantes na instituição.

### 3.3 Procedimentos de coleta e análise dos dados

A coleta de dados foi realizada por meio das plataformas oficiais Censo Escolar da Educação Básica (Educacenso) e Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), além da análise de documentos institucionais, como editais de ingresso, registros acadêmicos e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Farroupilha.

O Educacenso constitui-se como a principal base de dados da educação básica no país, reunindo informações declaradas anualmente pelas instituições de ensino e servindo de referência para o planejamento e a avaliação das políticas públicas educacionais. O SISTEC, por sua vez, concentra dados específicos da Educação Profissional e Tecnológica, permitindo o acompanhamento das matrículas, dos cursos ofertados e do perfil discente nesse segmento.

Essas fontes forneceram informações referentes à renda familiar declarada pelos estudantes no momento do ingresso, bem como dados relacionados à evasão escolar, possibilitando a construção de um panorama quantitativo do perfil socioeconômico dos ingressantes ao longo do período analisado. Reconhece-se, entretanto, que a renda familiar, enquanto variável isolada, apresenta limitações para a compreensão plena da vulnerabilidade social, aspecto considerado na análise e discutido nos capítulos posteriores.

Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de procedimentos estatísticos descritivos, tais como frequências absolutas, percentuais e comparações entre períodos e cursos. Esses procedimentos permitiram identificar tendências, variações e permanências no perfil socioeconômico dos estudantes, sem a pretensão de estabelecer relações de causalidade.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva possibilita caracterizar uma população ou fenômeno e estabelecer relações entre variáveis, contribuindo para a compreensão de comportamentos e padrões recorrentes. A análise quantitativa realizada neste estudo subsidiou reflexões sobre a equidade no acesso à Educação Profissional e Tecnológica, bem como sobre os limites do sorteio enquanto modalidade de ingresso, quando analisado de forma isolada.

A opção por uma análise estatística simples está alinhada aos objetivos da pesquisa e ao caráter exploratório do estudo, permitindo uma leitura clara e acessível dos dados, adequada ao diálogo com a comunidade acadêmica e institucional a que se destina este trabalho.

Ademais, a sistematização e a análise dos dados foram realizadas respeitando os princípios éticos da pesquisa educacional, garantindo o sigilo das informações individuais e a utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos. Dessa forma, a análise quantitativa

desenvolvida busca contribuir para a compreensão crítica das políticas de acesso à Educação Profissional e Tecnológica, sem exposição ou identificação dos sujeitos envolvidos.

### **3.4 Caracterização do município de São Vicente do Sul e do Campus São Vicente do Sul**

O campo empírico desta pesquisa é o Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, localizado no município de São Vicente do Sul, pertencente à microrregião do Vale do Jaguari, no estado do Rio Grande do Sul. A caracterização do território onde a instituição está inserida torna-se relevante para a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e educacionais que influenciam o acesso à Educação Profissional e Tecnológica.

O município de São Vicente do Sul integra uma região marcada historicamente pela atividade agropecuária e pela predominância de cadeias produtivas ligadas à agricultura. Essa configuração socioeconômica reflete-se na organização do mercado de trabalho local e regional, bem como nas demandas por formação técnica e profissional, especialmente voltadas ao setor primário e às atividades correlatas.

Nesse contexto, a presença de uma instituição federal de educação profissional assume papel estratégico na interiorização do ensino público e na qualificação de trabalhadores para atuação nos municípios do interior.

Historicamente, a região onde se localiza o município esteve vinculada às reduções jesuíticas do primeiro ciclo das Missões do Tape, tendo passado por diferentes processos de ocupação ao longo do tempo, como a estância de criação de gado e, posteriormente, a fixação de grupos de origem portuguesa, espanhola, uruguaia, austríaca, italiana e alemã. Esses processos contribuíram para a formação social e econômica do território, cuja base produtiva permanece fortemente associada às atividades rurais.

A criação do Instituto Federal Farroupilha está diretamente relacionada à política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O Campus São Vicente do Sul teve origem a partir da adesão do então Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul ao novo modelo proposto pelo Ministério da Educação, conforme previsto no art. 5º da referida legislação. Essa adesão representou a incorporação da instituição a uma política pública nacional voltada à ampliação do acesso à Educação Profissional e Tecnológica, especialmente em regiões do interior do país.

Atualmente, o Campus São Vicente do Sul oferta cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, cursos técnicos subsequentes, cursos de graduação e modalidades voltadas à Educação

de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA EPT). A instituição atende um público diverso, composto majoritariamente por estudantes oriundos de municípios da região e de áreas rurais, o que reforça seu papel na democratização do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

No que se refere ao perfil discente, o campus conta com expressivo número de estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, público central desta pesquisa. Além disso, a instituição dispõe de servidores docentes, técnicos administrativos em educação e colaboradores terceirizados, que atuam de forma articulada no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A inserção do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul nesse território evidencia a materialização dos objetivos da política de expansão da Rede Federal, ao promover a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica, estimular o desenvolvimento regional e contribuir para a formação de profissionais qualificados capazes de atuar nos contextos locais.

Dessa forma, compreender as características do município e do campus permite situar a análise dos dados socioeconômicos dos estudantes ingressantes em uma perspectiva contextualizada, considerando as especificidades regionais que permeiam o acesso, a permanência e o êxito na Educação Profissional e Tecnológica.

As características geográficas e paisagísticas do município, bem como sua inserção territorial, encontram-se ilustradas no Apêndice A, contribuindo para a contextualização do campo empírico da pesquisa.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

### **4.1 Caracterização dos dados analisados**

A presente análise tem como foco os dados socioeconômicos dos estudantes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, no período compreendido entre os anos de 2019 e 2024. O recorte temporal foi definido de modo a permitir a comparação entre os anos anteriores à pandemia da Covid-19, o período em que o ingresso ocorreu por meio de sorteio (2021 e 2022) e os anos posteriores ao retorno dos processos seletivos tradicionais.

Foram analisados quatro cursos técnicos integrados: Administração, Agropecuária, Alimentos e Manutenção e Suporte em Informática. Os dados utilizados referem-se à renda familiar declarada pelos estudantes no momento do ingresso, bem como aos registros de desistência, extraídos das bases institucionais oficiais da Coordenação de Registros Acadêmicos e da Plataforma Nilo Peçanha.

A variável renda familiar foi categorizada em três grupos: até 1,5 salários mínimos; acima de 1,5 salários mínimos; e não declarada. Essa categorização permitiu observar tendências gerais do perfil socioeconômico dos ingressantes, embora se reconheçam as limitações inerentes à autodeclaração e à simplificação dessa variável, conforme será discutido ao longo do capítulo.

### **4.2 Análise dos dados socioeconômicos por curso**

#### **4.2.1 Curso Técnico Integrado em Administração**

A Tabela 1 apresenta a distribuição da renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Administração no período de 2019 a 2024, enquanto o Gráfico 1 ilustra a proporção percentual desses dados ao longo dos anos analisados.

A partir da leitura conjunta da Tabela 1 e do Gráfico 1, observa-se que a participação de estudantes com renda familiar de até 1,5 salários mínimos apresenta oscilações ao longo do período, sem uma tendência linear claramente associada à modalidade de ingresso.

Nos anos de 2021 e 2022, quando o ingresso ocorreu por meio de sorteio, não se verifica um aumento expressivo e sustentado desse grupo em comparação aos anos anteriores, o que indica que a adoção do sorteio não impactou de forma direta e consistente o perfil

socioeconômico dos ingressantes neste curso.

Nos anos posteriores, especialmente em 2023 e 2024, observa-se um crescimento no número de estudantes com renda familiar mais baixa, sugerindo que fatores externos ao processo seletivo, como alterações nas condições socioeconômicas regionais e os efeitos prolongados da pandemia da Covid-19.

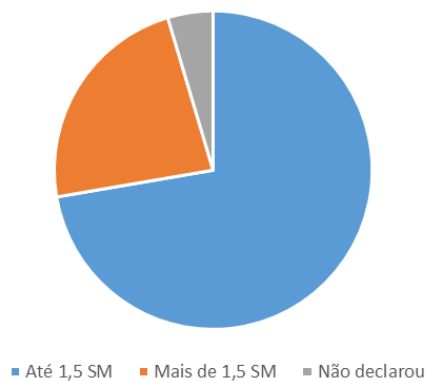
Ressalta-se, ainda, a presença da categoria “não declarou”, ainda que minoritária, o que reforça a necessidade de cautela na interpretação dos dados apresentados.

Tabela 1 – Distribuição da renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Administração (2019–2024)

| Curso Integrado em Administração |      |      |      |      |      |      |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Renda                            | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
| Até 1,5 salários mínimos         | 25   | 28   | 16   | 27   | 36   | 47   |
| Mais do que 1,5 salários mínimos | 26   | 34   | 38   | 21   | 20   | 15   |
| Não declarou                     | 4    | 2    | 3    | 6    | 1    | 3    |
| Desistentes                      | 13   | 5    | 15   | 14   | 5    | 5    |
| Total                            | 68   | 69   | 72   | 68   | 62   | 70   |

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Coordenação de Registros Acadêmicos (2025). Dados de duas turmas anuais com ingresso de 70 estudantes.

Gráfico 1 – Distribuição percentual da renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Administração (2019–2024)



Fonte: Elaboração própria (2025).

O Gráfico 1 evidencia a distribuição percentual da renda familiar dos estudantes

ingressantes no Curso Técnico Integrado em Administração entre 2019 e 2024. Observa-se que, embora existam variações anuais, não há alteração significativa no perfil socioeconômico durante os anos de ingresso por sorteio, indicando que essa modalidade, por si só, não promoveu maior concentração de estudantes de baixa renda.

#### 4.2.2 Curso Técnico Integrado em Agropecuária

Os dados sistematizados na Tabela 2, complementados pela visualização apresentada no Gráfico 2, permitem observar a distribuição da renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Agropecuária entre 2019 e 2024, enquanto o Gráfico 2 apresenta a distribuição percentual desses ingressantes por faixa de renda.

A análise evidencia um crescimento gradual no número absoluto de estudantes com renda familiar de até 1,5 salários mínimos ao longo dos anos, especialmente a partir de 2020. Contudo, conforme demonstrado no Gráfico 2, esse aumento não se restringe exclusivamente aos anos de ingresso por sorteio (2021 e 2022), mas configura uma tendência progressiva que se estende aos anos subsequentes.

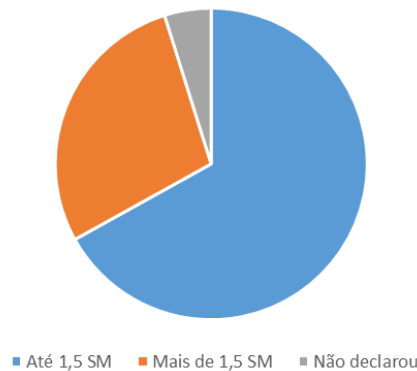
Esse comportamento reforça a compreensão de que o perfil socioeconômico dos ingressantes no curso de Agropecuária é influenciado por múltiplos fatores, como a localização regional do campus, a característica socioeconômica do público atendido e os impactos da crise sanitária, não sendo possível atribuir exclusivamente ao sorteio a ampliação do acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade.

Tabela 2 – Distribuição da renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Agropecuária (2019–2024)

|                                  | Curso Integrado em Agropecuária |      |      |      |      |      |
|----------------------------------|---------------------------------|------|------|------|------|------|
| Renda                            | 2019                            | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
| Até 1,5 salários mínimos         | 17                              | 45   | 40   | 60   | 68   | 83   |
| Mais do que 1,5 salários mínimos | 38                              | 47   | 47   | 27   | 30   | 35   |
| Não declarou                     | 5                               | 1    | 15   | 11   | 10   | 6    |
| Desistentes                      | 80                              | 49   | 37   | 40   | 29   | 18   |
| Total                            | 140                             | 142  | 139  | 138  | 137  | 142  |

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Coordenação de Registros Acadêmicos (2025). Dados de quatro turmas anuais com ingresso de 140 estudantes.

Gráfico 2 – Distribuição percentual da renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Agropecuária (2019–2024).



Fonte: Elaboração própria (2025).

O Gráfico 2 demonstra um aumento progressivo da proporção de estudantes com renda familiar de até 1,5 salários mínimos ao longo do período analisado. Contudo, essa tendência não se limita aos anos de sorteio, sugerindo que outros fatores socioeconômicos e regionais influenciaram o perfil dos ingressantes.

#### 4.2.3 Curso Técnico Integrado em Alimentos

Os dados apresentados na Tabela 3 e no Gráfico 3 revelam relativa estabilidade no perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Alimentos ao longo do período analisado. Observa-se que, tanto nos anos anteriores quanto durante o período de ingresso por sorteio, as proporções entre estudantes com renda familiar até 1,5 salários mínimos e aqueles com renda superior mantêm-se semelhantes, com pequenas variações anuais.

Essa estabilidade sugere que a modalidade de ingresso adotada não exerceu influência significativa sobre a composição socioeconômica do público atendido pelo curso. Assim, os dados reforçam a hipótese de que o sorteio, enquanto critério isolado de seleção, não promove alterações substanciais no perfil socioeconômico dos ingressantes quando não articulado a outras estratégias de inclusão.

Além disso, a manutenção desse perfil ao longo dos diferentes anos indica que fatores anteriores ao próprio processo seletivo, como o conhecimento prévio sobre o curso, o acesso à informação institucional e as condições materiais das famílias, continuam exercendo papel determinante na decisão da candidatura. Nesse sentido, o curso de Alimentos evidencia que mecanismos de ingresso formalmente neutros tendem a reproduzir padrões já consolidados, caso não sejam acompanhados de políticas institucionais voltadas à ampliação do acesso e ao

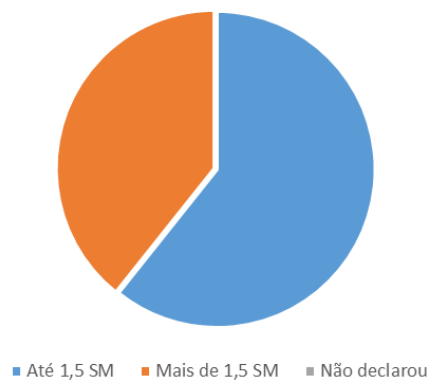
enfrentamento das desigualdades educacionais.

Tabela 3 – Distribuição da renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Alimentos (2019–2024)

| Renda                            | Cursos Integrado em Alimentos |      |      |      |      |      |
|----------------------------------|-------------------------------|------|------|------|------|------|
|                                  | 2019                          | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
| Até 1,5 salários mínimos         | 17                            | 13   | 8    | 13   | 21   | 17   |
| Mais do que 1,5 salários mínimos | 12                            | 10   | 9    | 6    | 6    | 11   |
| Não declarou                     | 0                             | 0    | 2    | 2    | 0    | 0    |
| Desistentes                      | 6                             | 10   | 17   | 14   | 9    | 5    |
| Total                            | 35                            | 33   | 36   | 35   | 36   | 33   |

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Coordenação de Registros Acadêmicos (2025). Dados de uma turma anual com ingresso de 35 estudantes.

Gráfico 3 – Distribuição percentual da renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Alimentos (2019–2024)



Fonte: Elaboração própria (2025).

Conforme ilustrado no Gráfico 3, o perfil socioeconômico dos ingressantes no Curso Técnico Integrado em Alimentos apresenta estabilidade ao longo dos anos, sem variações expressivas associadas à adoção do sorteio como forma de ingresso.

#### 4.2.4 Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática

A Tabela 4 e o Gráfico 4 apresentam os dados referentes à renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática no período

de 2019 a 2024. A análise indica um crescimento gradual do número de estudantes com renda familiar até 1,5 salários mínimos nos anos mais recentes, especialmente a partir de 2022.

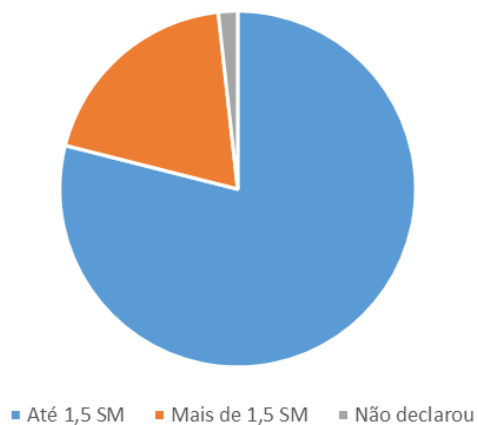
No entanto, esse aumento não se apresenta de forma abrupta ou exclusiva nos anos de ingresso por sorteio, o que sugere novamente a influência de fatores externos ao processo seletivo. Dessa forma, os dados corroboram a compreensão de que o sorteio não atua como um fator determinante isolado na ampliação do acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, reforçando a necessidade de políticas de ingresso articuladas a estratégias mais amplas de inclusão e permanência.

Tabela 4 – Distribuição da renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática (2019–2024)

| Curso Integrado em Manutenção e Suporte de Informática |      |      |      |      |      |      |
|--|------|------|------|------|------|------|
| Renda  | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
| Até 1,5 salários mínimos                               | 18   | 16   | 15   | 29   | 38   | 45   |
| Mais do que 1,5 salários mínimos                       | 24   | 27   | 29   | 22   | 17   | 11   |
| Não declarou   | 2    | 1    | 3    | 4    | 1    | 1    |
| Desistentes  | 16   | 14   | 18   | 15   | 11   | 8    |
| Total  | 60   | 58   | 65   | 70   | 67   | 65   |

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Coordenação de Registros Acadêmicos (2025). Dados de duas turmas anuais com ingresso de 70 estudantes.

Gráfico 4 – Distribuição percentual da renda familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática (2019–2024)



Fonte: Elaboração própria (2025).

O Gráfico 4 aponta um crescimento gradual da participação de estudantes com renda familiar até 1,5 salários mínimos nos anos mais recentes. Entretanto, a ausência de mudanças abruptas nos anos de sorteio indica que a modalidade de ingresso não foi o principal fator responsável por essa variação.

### **4.3 Discussão dos resultados: sorteio e perfil socioeconômico**

A análise comparativa dos dados indica que não foi possível estabelecer uma correlação direta e consistente entre a adoção do sorteio como forma de ingresso e o aumento da participação de estudantes oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Embora o sorteio seja frequentemente defendido como um mecanismo mais democrático de acesso, os resultados obtidos nesta pesquisa demonstram que, isoladamente, essa modalidade não garante a promoção da equidade no perfil socioeconômico dos ingressantes.

Esse achado dialoga com as reflexões de Frigotto (2022), ao apontar que políticas educacionais que se apresentam como neutras ou universalistas tendem a desconsiderar as desigualdades estruturais que condicionam o acesso efetivo à educação. A aleatoriedade do sorteio, embora elimine a seletividade baseada no desempenho escolar, não enfrenta, por si só, barreiras como a exclusão digital, o acesso desigual à informação e as condições materiais que influenciam a decisão de participar ou não de um processo seletivo.

Além disso, conforme discutido por Freire (1970), a equidade educacional não se limita à abertura formal de vagas, mas exige ações que considerem as condições concretas de vida dos sujeitos. Nessa perspectiva, a educação não pode ser pensada de forma abstrata ou desvinculada da realidade social, econômica e cultural dos estudantes, uma vez que essas dimensões influenciam diretamente suas possibilidades de acesso, permanência e participação nos processos educativos.

Ao desconsiderar tais condições, políticas educacionais tendem a reproduzir desigualdades históricas, mesmo quando formuladas sob o discurso da igualdade de oportunidades. Assim, a promoção da equidade implica reconhecer as diferenças como ponto de partida para a construção de práticas e políticas educacionais comprometidas com a justiça social. Nesse sentido, a ausência de correlação direta entre renda familiar e ingresso por sorteio não significa inexistência de desigualdade, mas evidencia os limites de uma política de acesso que não está articulada a estratégias mais amplas de inclusão.

#### 4.4 Limitações e desafios na interpretação dos dados

A interpretação dos dados socioeconômicos apresentou desafios metodológicos importantes, os quais precisam ser explicitados para uma leitura crítica dos resultados. A variável renda familiar, por exemplo, embora amplamente utilizada em estudos sobre desigualdade educacional, não contempla, de forma isolada, aspectos fundamentais da vulnerabilidade social, como insegurança alimentar, informalidade laboral, acesso à infraestrutura básica, condições de moradia e o capital cultural das famílias.

Além disso, a utilização da autodeclaração como fonte de informação pode resultar em subnotificação ou inconsistência dos dados, seja por desconhecimento dos rendimentos totais da família, receio de exposição ou dificuldades de compreensão dos critérios de declaração. Tais fatores podem comprometer a precisão das análises e limitar a capacidade de identificar, de maneira mais fina, as condições socioeconômicas dos estudantes ingressantes.

Outro desafio refere-se à ausência de variáveis complementares nos cadastros institucionais analisados, como escolaridade dos responsáveis, local de residência (zona urbana ou rural), condições de acesso ao transporte, histórico de participação em políticas públicas de assistência estudantil e acesso prévio às tecnologias digitais. A inexistência desses indicadores restringe a compreensão das múltiplas dimensões que atravessam o acesso e a permanência dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica.

A falta desses dados dificulta uma análise mais aprofundada das condições que influenciam não apenas o ingresso, mas também a trajetória acadêmica dos estudantes, reforçando a necessidade de cautela na interpretação dos resultados. Essas limitações evidenciam a importância do aprimoramento dos instrumentos institucionais de coleta de dados e da adoção de abordagens metodológicas mais integradas, capazes de articular dimensões quantitativas e qualitativas.

Nesse sentido, conforme defende Moll (2010), compreender a Educação Profissional e Tecnológica como espaço de disputa e de possibilidade de enfrentamento da dualidade educacional exige análises que considerem a complexidade das desigualdades sociais, indo além de indicadores isolados e incorporando múltiplas dimensões da realidade dos sujeitos.

Isso implica reconhecer que os processos educativos são atravessados por condicionantes históricos, sociais, econômicos e culturais que influenciam tanto o acesso quanto a permanência e o êxito dos estudantes. Assim, a análise da EPT demanda abordagens que articulem dados quantitativos a uma compreensão ampliada das trajetórias sociais, das condições materiais de vida e das experiências escolares dos sujeitos, permitindo uma leitura mais crítica e

contextualizada das políticas educacionais e de seus efeitos sobre a redução, ou a reprodução, das desigualdades.

#### **4.5 Fatores externos e impactos da pandemia**

Os resultados desta pesquisa também devem ser analisados à luz dos impactos da pandemia da Covid-19, que alterou significativamente as condições socioeconômicas das famílias brasileiras. A perda de renda, o aumento do desemprego, a intensificação da insegurança alimentar e as dificuldades de acesso às tecnologias digitais afetaram de maneira desigual os estudantes, incidindo de forma mais severa sobre aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Nesse cenário, o acesso à educação passou a depender, em grande medida, de condições materiais que extrapolam o espaço escolar, evidenciando que as desigualdades educacionais estão profundamente articuladas às desigualdades sociais mais amplas. A escola, ainda que mantenha sua função social e pedagógica, passou a operar em um contexto no qual fatores externos assumiram peso decisivo nas possibilidades de participação dos estudantes nos processos educacionais.

Nesse contexto, embora o sorteio tenha sido adotado como alternativa emergencial para garantir o ingresso durante a suspensão das atividades presenciais, fatores externos ao processo seletivo formal influenciaram a composição do perfil discente, como o acesso prévio à informação sobre o processo de ingresso, a familiaridade com plataformas digitais, o suporte familiar e a disponibilidade de recursos tecnológicos para realizar a inscrição. Tais elementos condicionaram quem conseguiu efetivamente se inscrever e concorrer às vagas, mesmo diante da ausência de critérios meritocráticos tradicionais.

Essas condições, desigualmente distribuídas na sociedade, operaram como filtros invisíveis de exclusão, limitando a participação de determinados grupos sociais mesmo diante de um mecanismo de seleção aparentemente democrático. Assim, mesmo um procedimento teoricamente neutro, como o sorteio, pode contribuir para a reprodução de desigualdades pré-existentes quando não é acompanhado de ações institucionais específicas de divulgação ativa, orientação, apoio técnico e políticas de inclusão voltadas aos grupos socialmente mais vulneráveis.

Tal constatação reforça a necessidade de compreender o ingresso na Educação Profissional e Tecnológica como parte de um processo mais amplo, que exige articulação entre acesso, permanência e condições reais de participação dos estudantes, especialmente em

contextos de crise social, econômica e sanitária, nos quais as desigualdades tendem a se aprofundar.

#### **4.6 Síntese da análise**

Diante do exposto, a análise dos dados socioeconômicos dos estudantes ingressantes no Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul evidencia que o sorteio, enquanto forma de ingresso, não se configura como um mecanismo suficiente para promover, de maneira isolada, a equidade socioeconômica no acesso à Educação Profissional e Tecnológica. Embora apresente uma lógica formalmente democrática ao eliminar critérios seletivos baseados no desempenho escolar, o sorteio não enfrenta as desigualdades estruturais que condicionam quem consegue, de fato, participar dos processos de ingresso.

Os resultados indicam que a democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica exige políticas articuladas e integradas, capazes de considerar as múltiplas dimensões da desigualdade social que atravessam as trajetórias dos estudantes. Nesse sentido, a simples substituição de critérios seletivos tradicionais por mecanismos aleatórios mostra-se insuficiente quando não acompanhada de ações institucionais voltadas à informação, ao acolhimento e ao apoio aos grupos socialmente mais vulneráveis.

Essa constatação reforça a importância de compreender o ingresso como parte de um processo mais amplo, que envolve não apenas o acesso formal às vagas, mas também a permanência, o sucesso acadêmico e a construção de uma educação efetivamente inclusiva e comprometida com a justiça social. O acesso, portanto, não pode ser analisado de forma isolada.

Nesse sentido, a análise dos diferentes mecanismos de ingresso permitiu compreender que o acesso à Educação Profissional e Tecnológica não é determinado exclusivamente pela modalidade seletiva adotada, mas por fatores estruturais que antecedem o próprio processo de seleção, como o acesso à informação, as condições materiais de vida e as trajetórias escolares marcadas por desigualdades acumuladas ao longo do tempo.

A análise específica dos anos de 2021 e 2022 permitiu concluir que a adoção do sorteio, embora tenha representado uma alternativa emergencial e formalmente democrática no contexto da pandemia da Covid-19, não produziu efeitos significativos na ampliação do acesso de estudantes em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica, evidenciando que mecanismos de ingresso, quando não articulados a políticas de inclusão, tendem a reproduzir padrões já existentes.

## **5 PRODUTO EDUCACIONAL**

### **5.1 O produto educacional no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)**

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o produto educacional constitui-se como um elemento central da formação acadêmica e profissional, articulando a pesquisa científica às práticas institucionais e às demandas concretas da Educação Profissional e Tecnológica. Diferentemente de uma produção meramente teórica, o produto educacional assume caráter aplicado, reflexivo e interventivo, buscando dialogar diretamente com a realidade investigada e contribuir para o aprimoramento dos processos educacionais.

De acordo com as diretrizes do ProfEPT, o produto educacional não se restringe ao espaço da sala de aula nem ao público discente, podendo ser direcionado a gestores, docentes e técnicos administrativos em educação. Nessa perspectiva, o produto amplia seu alcance formativo ao fomentar reflexões institucionais, subsidiar processos decisórios, fortalecer políticas públicas educacionais e contribuir para a construção de práticas mais inclusivas e democráticas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Os produtos educacionais desenvolvidos no contexto do ProfEPT podem assumir diferentes formatos, tais como materiais didáticos, guias, cartilhas, folders, plataformas digitais, cursos de formação, aplicativos ou metodologias pedagógicas. Independentemente do formato escolhido, espera-se que o produto esteja fundamentado teoricamente, articulado aos dados empíricos da pesquisa e alinhado aos princípios que orientam a Educação Profissional e Tecnológica, especialmente aqueles relacionados à formação integral, à justiça social e à democratização do acesso.

Nesse sentido, o produto educacional deve ser compreendido como uma mediação pedagógica e institucional, capaz de provocar deslocamentos na forma como determinadas práticas são compreendidas e operacionalizadas. Ao propor reflexões fundamentadas sobre temas sensíveis, como o acesso à educação, a equidade e as políticas de ingresso, o produto educacional contribui para a construção de uma cultura institucional crítica, comprometida com a transformação social e com a redução das desigualdades educacionais.

No caso desta pesquisa, o produto educacional foi concebido a partir da análise dos dados socioeconômicos dos estudantes ingressantes por sorteio no Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul. Os resultados evidenciaram que a adoção do sorteio, embora

represente uma alternativa emergencial e teoricamente democrática, não garante, de forma isolada, a ampliação do acesso de estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Tal constatação reforçou a necessidade de elaboração de um produto educacional que não apresentasse respostas prontas, mas que estimulasse a reflexão crítica e o debate institucional sobre os limites, possibilidades e desafios das formas de ingresso na Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, o produto educacional desenvolvido neste trabalho está diretamente vinculado aos objetivos da pesquisa e à proposta formativa do ProfEPT, configurando-se como um instrumento de apoio à reflexão coletiva e ao fortalecimento das discussões institucionais acerca do ingresso, da permanência e da equidade na Educação Profissional e Tecnológica.

## **5.2 O folder informativo como instrumento de reflexão institucional sobre o ingresso por sorteio**

O desenvolvimento do produto educacional decorre diretamente do principal achado da pesquisa: a constatação de que o sorteio, enquanto mecanismo isolado de ingresso, não garante a promoção da equidade socioeconômica no acesso à Educação Profissional e Tecnológica. Diante desse resultado, o folder informativo foi concebido não como um instrumento prescritivo, mas como uma mediação pedagógica voltada à reflexão crítica e ao debate institucional sobre políticas de ingresso, permanência e justiça social.

A escolha do folder informativo como produto educacional fundamenta-se em sua potencialidade enquanto material didático-reflexivo, de fácil acesso, linguagem direta e ampla possibilidade de circulação no contexto institucional. Diferentemente de materiais extensos ou excessivamente técnicos, o folder favorece a leitura ágil, a socialização de informações essenciais e a provocação de reflexões, especialmente em espaços coletivos de formação, reuniões pedagógicas e momentos de planejamento institucional.

O folder foi elaborado com o objetivo de organizar e apresentar, de forma clara e acessível, informações centrais sobre a modalidade de ingresso por sorteio, articulando fundamentos teóricos, dados empíricos da pesquisa e questionamentos críticos sobre sua aplicação no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se, portanto, de um convite à reflexão coletiva sobre as implicações do sorteio enquanto política de acesso.

A elaboração do material dialoga diretamente com o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha (PDI 2019–2026), documento que explicita a

missão, os princípios e as diretrizes que orientam as ações institucionais. O PDI do IFFar destaca, entre seus objetivos estratégicos, a ampliação da democratização do acesso e a simplificação dos processos seletivos, prevendo, inclusive, a modalidade de sorteio como forma de ingresso para cursos subsequentes. Nesse sentido, o produto educacional alinha-se às diretrizes institucionais, ao mesmo tempo em que problematiza seus efeitos e limites à luz dos dados analisados.

Pensado como um material visualmente simples, com linguagem acessível e abordagem reflexiva, o folder tem como público-alvo gestores, docentes e técnicos administrativos em educação. A escolha desse público justifica-se pela compreensão de que as decisões relacionadas às formas de ingresso, às políticas de permanência e às ações afirmativas são construídas coletivamente no interior das instituições.

A adoção do sorteio como forma de ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFFar, em caráter excepcional nos anos de 2021 e 2022, ocorreu em decorrência das restrições sanitárias impostas pela pandemia da Covid-19, que inviabilizaram a realização de provas presenciais. Essa modalidade foi implementada como medida emergencial para viabilizar o ingresso de estudantes, garantindo a continuidade dos processos seletivos institucionais.

A dispensa de provas de conhecimentos prévios não decorreu de uma estratégia deliberada de enfrentamento das desigualdades educacionais, mas de uma adaptação administrativa e sanitária ao contexto pandêmico. Ainda assim, sua adoção suscitou debates relevantes sobre equidade, justiça social e democratização do acesso, ao evidenciar os limites e as potencialidades de mecanismos de ingresso formalmente neutros em contextos marcados por profundas desigualdades sociais.

Os resultados da pesquisa demonstraram que, no contexto analisado, o sorteio não beneficiou de forma significativa os estudantes em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que o perfil dos ingressantes manteve semelhanças com os anos em que o ingresso ocorreu por meio de processo seletivo. Tal achado contraria a expectativa inicial de que o sorteio atuaria como mecanismo de ampliação do acesso para grupos socialmente mais vulneráveis.

Esses resultados, entretanto, não encerram o debate, mas reforçam a necessidade de aprofundar a reflexão institucional sobre as formas de ingresso e sua articulação com políticas mais amplas de inclusão e permanência. O folder propõe-se, assim, a funcionar como um disparador de debates, incentivando a análise crítica sobre os alcances e os limites do sorteio,

bem como sobre a necessidade de ações complementares que garantam que o acesso à Educação Profissional e Tecnológica se converta em permanência e êxito acadêmico.

Embora não estejam diretamente relacionados aos dados empíricos desta pesquisa, reconhece-se que o sorteio apresenta aspectos positivos, como a redução da pressão emocional associada às provas, a simplificação do processo seletivo, a diminuição de custos institucionais e o potencial de atrair candidatos que não se sentiriam aptos a participar de processos seletivos tradicionais. Esses elementos são considerados no folder como parte de uma análise equilibrada e crítica da modalidade.

Conforme destaca Pacheco (2010), o sorteio pode ser compreendido como uma estratégia inclusiva no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, desde que articulado a políticas públicas mais robustas, como ações afirmativas, programas de assistência estudantil e estratégias institucionais de acompanhamento aos processos de ingresso.

Dessa forma, o folder informativo configura-se como um instrumento de reflexão institucional, reafirmando que a democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica não pode ser pensada de forma isolada, mas como parte de um conjunto articulado de políticas e práticas voltadas à justiça social e à equidade educacional.

### **5.3 Questões norteadoras do folder informativo**

As questões norteadoras apresentadas no folder informativo foram elaboradas a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, os quais evidenciaram que a adoção do sorteio como modalidade de ingresso, embora represente uma alternativa democrática em termos formais, não assegura, por si só, a ampliação do acesso de estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse sentido, as questões propostas não têm como objetivo oferecer respostas fechadas ou normativas, mas provocar reflexões críticas e coletivas no interior da instituição, reconhecendo que o acesso à Educação Profissional e Tecnológica constitui um campo de disputas, permeado por diferentes concepções de justiça social e projetos educacionais.

As questões norteadoras foram pensadas como dispositivos pedagógicos e institucionais, capazes de subsidiar debates em espaços de gestão, formação docente, reuniões pedagógicas e momentos coletivos de planejamento. Ao estimular o diálogo entre diferentes segmentos da comunidade acadêmica, o folder busca contribuir para a construção de estratégias mais equitativas e alinhadas à missão dos Institutos Federais.

A seguir, apresentam-se as questões que compõem o folder, acompanhadas de breves reflexões que explicitam sua relevância no contexto da Educação Profissional e Tecnológica:

- O sorteio, por si só, garante a inclusão social?

Essa questão convida à problematização da ideia de que mecanismos formalmente neutros são suficientes para promover equidade. Conforme evidenciado pelos dados desta pesquisa, a aleatoriedade do sorteio não elimina desigualdades estruturais relacionadas ao acesso à informação, à exclusão digital e às condições materiais de vida dos estudantes.

Refletir sobre essa pergunta implica reconhecer que inclusão social exige políticas mais complexas e articuladas do que a simples substituição de um critério seletivo por outro.

- Como o IFFar pode associar o sorteio a políticas públicas mais robustas de inclusão e permanência?

Essa indagação desloca o foco do sorteio como solução isolada para a necessidade de articulação com políticas afirmativas, programas de assistência estudantil e estratégias institucionais de acompanhamento ao ingresso.

A reflexão proposta reforça a compreensão de que o acesso só se efetiva plenamente quando acompanhado de condições reais de permanência e sucesso acadêmico, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

- Estamos preparados, enquanto instituição, para lidar com os impactos da diversidade socioeconômica em sala de aula?

Ao ampliar o acesso, as instituições educacionais também ampliam a diversidade de trajetórias, experiências e necessidades dos estudantes. Essa questão provoca a reflexão sobre as condições pedagógicas, formativas e institucionais existentes para acolher essa diversidade, considerando práticas docentes, políticas de apoio, formação continuada e organização curricular.

- De que maneira o sorteio dialoga com a missão do IFFar de promover uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade?

Essa pergunta convida à análise crítica da coerência entre as práticas institucionais e os princípios expressos nos documentos oficiais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, permitindo identificar contribuições, limites e desafios da adoção do sorteio enquanto política de ingresso.

Ao reunir essas questões, o folder informativo propõe-se a funcionar como um instrumento de apoio à reflexão coletiva, estimulando o diálogo crítico e a construção de estratégias institucionais mais equitativas. As perguntas não se esgotam em si mesmas, mas abrem espaço para novas indagações, reforçando a compreensão de que a democratização do

acesso à Educação Profissional e Tecnológica é um processo contínuo, que exige avaliação permanente, participação coletiva e compromisso com a justiça social.

É importante ressaltar que o sorteio não deve ser interpretado como solução definitiva, mas como ponto de partida para refletir sobre quem, de fato, tem acesso à Educação Profissional e Tecnológica e quais barreiras ainda persistem nesse percurso. Nesse sentido, o folder configura-se como um convite à construção conjunta de alternativas institucionais que ampliem não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito dos estudantes na EPT.

#### **5.4 Validação do Produto Educacional**

Após a elaboração do folder informativo intitulado “Dualidade Educacional em Debate: o impacto do sorteio no acesso à Educação Profissional e Tecnológica”, desenvolvido como produto educacional vinculado à dissertação “O perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes por sorteio na Educação Profissional e Tecnológica no Campus São Vicente do Sul/RS”, procedeu-se à etapa de validação do material, conforme orientações do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A etapa de validação teve como objetivo analisar a percepção de diferentes segmentos institucionais diretamente envolvidos nas discussões e decisões acerca das formas de ingresso nos Institutos Federais, buscando verificar a clareza da linguagem, a relevância do conteúdo, a adequação estética e a aplicabilidade do produto educacional no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Para tanto, o folder informativo (Apêndice C) e o questionário de validação (Apêndice B) foram encaminhados a representantes de três segmentos do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha: técnicos-administrativos em educação (TAEs), gestores e docentes. Optou-se por convidar seis representantes de cada segmento, considerando a diversidade de funções e olhares institucionais que contribuem para uma análise mais ampla do material proposto.

O instrumento de validação foi composto por questões objetivas, organizadas em escala de concordância, permitindo aos participantes avaliar a apresentação estética do folder, a adequação da linguagem e a relevância do conteúdo para a prática profissional, além de um espaço destinado a comentários, críticas, elogios ou sugestões, possibilitando uma apreciação qualitativa do material.

As questões apresentadas aos participantes foram:

1. Você aceita participar da pesquisa?
2. O folder tem uma apresentação estética agradável?
3. A linguagem utilizada é adequada para a área?
4. O conteúdo é relevante para minha prática profissional?
5. Espaço para comentários, críticas, elogios ou sugestões.

No que se refere à participação, no segmento dos técnicos-administrativos em educação, o questionário foi inicialmente encaminhado a seis servidores, sendo posteriormente compartilhado com outros colegas, totalizando oito respondentes. No segmento dos gestores, quatro dos seis convidados responderam ao instrumento, assim como no segmento dos docentes, que também contou com quatro participantes.

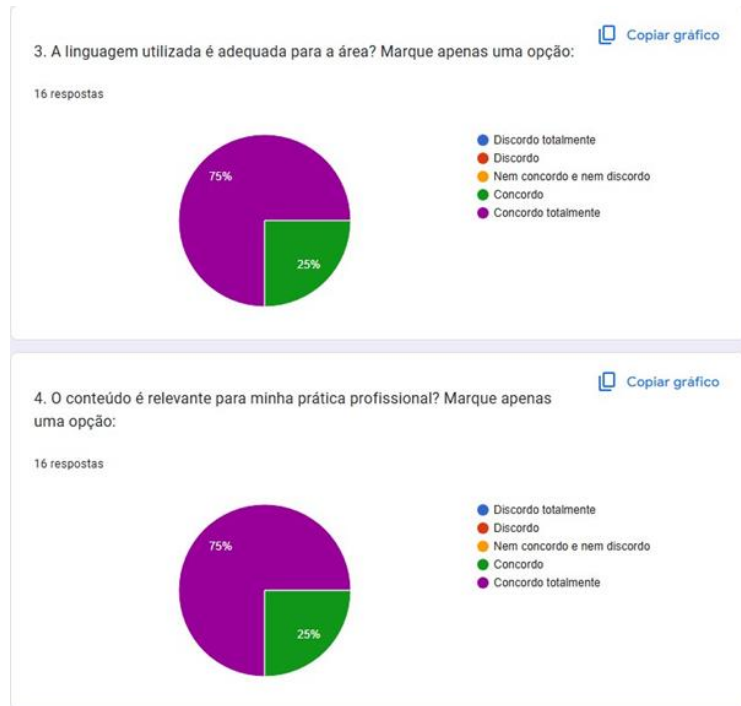
De modo geral, os resultados indicaram ampla aceitação e validação positiva do produto educacional, uma vez que todos os participantes assinalaram as opções “concordo” ou “concordo totalmente” em relação às dimensões avaliadas, apresentação estética, adequação da linguagem e relevância do conteúdo, conforme ilustrado nos gráficos apresentados a seguir.

Figura 1 – Gráficos do questionário I



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Figura 2 – Gráficos do questionário II



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Além dos dados quantitativos, os comentários registrados no espaço aberto do questionário revelaram percepções qualitativas relevantes, reforçando a pertinência do produto educacional e seu potencial como instrumento de reflexão institucional. Entre as manifestações dos participantes, destacam-se:

*“A proposta trazida pelo folder é de extrema relevância, acredito que tal ‘provocação’ à reflexão deveria ser obrigatória a todos os servidores, para que saibamos de fato quais são e devem ser os norteadores e finalidades dos Institutos Federais. Nossa missão vai muito além de formar força de trabalho; passa por formar cidadãos críticos e conscientes. ”*

*“O folder é claro e bem explicativo quanto ao conteúdo da pesquisa. O tema é muito relevante para a inclusão social, mas o sorteio pode acabar não favorecendo alunos menos vulneráveis financeiramente, o que merece atenção. ”*

*“O material me fez pensar na forma como o sorteio impacta nas minhas atividades de auxílio e bolsas. Muito interessante, parabéns pelo tema! ”*

*“Folder explicativo e de fácil compreensão por todos. ”*

*“Estudo muito relevante, que nos traz outra perspectiva sobre a modalidade de ingresso e nos faz refletir sobre como tratamos esse assunto na instituição. ”*

*“Produto educacional imensamente relevante. Assunto que precisa ser debatido na nossa instituição. ”*

*“Além de não garantir o beneficiamento específico dos estudantes com vulnerabilidade, o sorteio gera disparidades no nível de preparo dos alunos. O material provoca uma importante reflexão sobre os meios de acesso à EPT. ”*

*“A pesquisa é muito relevante, pois acredito que o processo de ingresso deve considerar nuances sociais que muitas vezes excluem quem realmente está em maior vulnerabilidade. ”*

Essas contribuições evidenciam que o folder cumpre seu propósito enquanto produto educacional de caráter reflexivo, ao provocar o debate crítico sobre as formas de ingresso na Educação Profissional e Tecnológica e ao subsidiar discussões institucionais relacionadas à equidade, inclusão e justiça social.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que o produto educacional atinge plenamente seus objetivos, sendo avaliado como esteticamente adequado, claro, relevante e aplicável pelos participantes da validação. Além disso, a aceitação do material pelos diferentes segmentos institucionais reforça seu potencial como instrumento de apoio a formações internas, debates coletivos e processos decisórios relacionados às políticas de ingresso e permanência no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção do sorteio como forma de ingresso no Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul constitui uma experiência significativa para refletir sobre as políticas de acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), evidenciando que a democratização do ingresso não se esgota em procedimentos formais de seleção. Ao contrário, trata-se de um processo complexo, atravessado por condicionantes sociais, econômicos, culturais e institucionais que impactam diretamente quem consegue, de fato, acessar e permanecer na instituição.

O presente estudo teve como objetivo analisar o perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes por sorteio no Campus São Vicente do Sul/RS, buscando compreender se essa modalidade de ingresso contribuiu para a inclusão social e para a democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica. A análise dos dados referentes ao período de 2019 a 2024 permitiu comparar os anos anteriores à pandemia, o período de ingresso por sorteio (2021 e 2022) e os anos posteriores ao retorno dos processos seletivos tradicionais.

Os resultados evidenciaram que, embora o sorteio seja frequentemente compreendido como um mecanismo democrático, simplificado e potencialmente inclusivo, sua adoção, de forma isolada, não alterou de maneira significativa o perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes. Não foi possível constatar que essa modalidade tenha beneficiado majoritariamente estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, contrariando a expectativa inicial que orientou a investigação.

Esses achados reforçam a compreensão de que as desigualdades no acesso à EPT podem se manifestar de maneira mais sutil do que aquela captada exclusivamente por indicadores quantitativos. A simples abertura de vagas por meio de um processo seletivo aleatório não é suficiente para enfrentar desigualdades estruturais, como a exclusão digital, o acesso desigual à informação, as condições materiais de vida e o capital cultural das famílias. Assim, a equidade no acesso à Educação Profissional e Tecnológica exige políticas integradas que articulem ingresso, permanência e êxito acadêmico.

Nesse sentido, a pesquisa aponta para a necessidade de que a modalidade de sorteio, caso utilizada, esteja associada a políticas institucionais mais amplas, como ações de divulgação ativa junto às comunidades mais vulneráveis, fortalecimento das políticas de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico contínuo e estratégias de inclusão digital. Somente a partir dessa articulação é possível transformar o acesso formal em participação efetiva, aprendizagem significativa e sucesso acadêmico.

O produto educacional desenvolvido, um folder informativo de caráter reflexivo, emerge como uma contribuição concreta dessa pesquisa ao contexto institucional. Ao sistematizar dados, conceitos e questionamentos sobre o sorteio como forma de ingresso, o material cumpre o papel de provocar o debate coletivo e subsidiar reflexões críticas entre gestores, docentes e técnicos-administrativos em educação.

A validação do folder pelos diferentes segmentos institucionais evidenciou sua clareza, relevância e aplicabilidade, bem como sua capacidade de estimular discussões qualificadas sobre inclusão, equidade e justiça social no âmbito da EPT.

Os comentários registrados na etapa de validação reforçam que o tema do ingresso ultrapassa a dimensão técnica e administrativa, assumindo centralidade no debate sobre o papel social dos Institutos Federais. Nesse sentido, o produto educacional não se apresenta como uma resposta definitiva, mas como um instrumento de apoio à construção coletiva de políticas mais sensíveis às realidades socioeconômicas dos estudantes e alinhadas à missão institucional de oferecer uma educação pública, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada.

Em síntese, esta pesquisa reafirma que a democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica não pode ser compreendida como um evento pontual, mas como um processo contínuo, que demanda planejamento, monitoramento, avaliação permanente e diálogo institucional.

Ao evidenciar os limites do sorteio enquanto mecanismo isolado de ingresso e ao propor um produto educacional voltado à reflexão crítica, o estudo contribui para o fortalecimento do debate sobre políticas de acesso e permanência, incentivando a construção de estratégias mais inclusivas, equitativas e comprometidas com a justiça social no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

## REFERÊNCIAS

- BEANE, James A. *Integração curricular: a concepção do núcleo da educação democrática*. Lisboa: Edições Asa, 2003.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 10 abr. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 15 maio 2024.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 96–112, 2015. DOI: 10.15628/rbept.2009.2954. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2954>. Acesso em: 27 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- CAMINHO DAS ORIGENS. *São Vicente do Sul*. 2021. Disponível em: <https://www.caminhodasorigens.com.br/caminho-das-origens/sao-vicente-do-sul/>. Acesso em: 13 ago. 2024.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame da relação entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 2022.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2019–2026*. Santa Maria, RS, 2024. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>. Acesso em: 13 set. 2024.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. São Paulo: Heccus, 2014.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. v. 1, t. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

MOLL, Jaqueline et al. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PACHECO, José. *Educação profissional e tecnológica: fundamentos e perspectivas para os Institutos Federais*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira. *Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, DF: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstfedera.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 152–180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

**APÊNDICES:**

## Apêndice A – Caracterização do município de São Vicente do Sul

Figura A1 – Cerro do Loreto



Fonte: Caminho das origens (2024).

Figura A2 - Cerro Seio-de-moça



Fonte: Caminho das origens (2024).

Apêndice B – Questionário de validação do produto educacional

Figura B1 – Formulário I

## Formulário de validação de Produto Educacional

Prezado  
Servidor:

Este formulário faz parte da pesquisa intitulada: A análise dos dados socioeconômicos dos alunos ingressantes por sorteio na Educação Profissional e Tecnológica no Campus São Vicente do Sul. Este trabalho está vinculado à linha de pesquisa *Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica e ao Macroprojeto Organização de Espaços Pedagógicos na EPT*, do programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR).

O objetivo desta validação é coletar impressões dos colegas Gestores, TAEs e Professores sobre o Produto Educacional componente desta pesquisa denominado Folder /informativo: *DUALIDADE EDUCACIONAL EM DEBATE: O IMPACTO DO SORTEIO NO ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA*.

**Ressalto que sua participação é voluntária e suas respostas serão confidenciais e utilizadas exclusivamente para esta pesquisa.**

Gislaine Carvalho Cogo

**Mestranda  
em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) IFFAR.**

\* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail \*

google.com/forms/d/1FZEacNWqfe7O-TytBsh15A1Tci5iS-xUslaUliowA2U/printform

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Figura B2 – Formulário II

2. 1. Você aceita participar da pesquisa? \*
- Marcar apenas uma oval.*
- Sim
- Não
- 
3. 2. O Folder tem uma apresentação estética agradável? Marque apenas uma opção: \*
- Marcar apenas uma oval.*
- Discordo totalmente
- Discordo
- Nem concordo e nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente
- 
4. 3. A linguagem utilizada é adequada para a área? Marque apenas uma opção: \*
- Marcar apenas uma oval.*
- Discordo totalmente
- Discordo
- Nem concordo e nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

<https://docs.google.com/forms/d/1FZEacNWqfe7O-TytBsh15A1Tci5iS-xUslaUüowA2U/printform>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

## Figura B3 – Formulário III

5. 4. O conteúdo é relevante para minha prática profissional? Marque apenas uma \* opção:

*Marcar apenas uma oval.*

- Discordo totalmente  
 Discordo  
 Nem concordo e nem discordo  
 Concordo  
 Concordo totalmente

6. 5. Espaço para comentários, críticas, elogios ou sugestões:

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

## Apêndice C – Produto Educacional – Folder Informativo

Figura C1 – Produto educacional I

**Produto educacional e questões de reflexão:**  
Com base nesses achados, desenvolvemos um folder informativo para a comunidade acadêmica, apresentando o sorteio como modalidade de ingresso, seus objetivos, limites e possibilidades. O material busca fomentar o debate sobre como tornar o acesso à EPT mais inclusivo e conectado às políticas institucionais de justiça social e equidade.

Entre os pontos positivos do sorteio, destacam-se a redução da pressão por provas, a simplicidade no processo de inscrição, a rapidez na seleção e o potencial de atrair candidatos que não se sentiriam preparados para provas tradicionais. Como desafios, estão a manutenção de desigualdades caso não haja acompanhamento dos estudantes, o risco de evasão e a necessidade de políticas de apoio que garantam que o acesso se transforme em permanência e sucesso acadêmico.

**Algumas questões norteadoras para reflexão da comunidade acadêmica são:**



- O sorteio, por si só, garante a inclusão social?
- Como o IFFar pode integrar o sorteio a políticas afirmativas mais robustas?
- Estamos preparados para lidar com a diversidade socioeconômica em sala de aula?
- De que forma essa modalidade de ingresso contribui para a missão do IFFar de promover uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade?

O folder, assim, é um convite à reflexão coletiva e ao fortalecimento da democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica, estimulando gestores, professores, técnicos administrativos e estudantes a pensar juntos em soluções mais inclusivas e eficazes.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL - PROFEPT**

**DUALIDADE EDUCACIONAL EM DEBATE:  
O IMPACTO DO SORTEIO  
NO ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.**

**PROFEPT**  
MESTRADO PROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Acadêmica: Gislaine Carvalho Cogo**  
**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leticia Ramalho Brittes**

**JAGUARI 2025**

Figura C2– Produto educacional

Este material é resultado do desenvolvimento da pesquisa realizada no Programa de Mestrado do ProfEPT, destina-se àquelas pessoas que desejam compreender o perfil socioeconômico dos ingressantes e refletir sobre a democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica. Este produto educacional vincula-se a linha de pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no Programa Mestrado ProfEPT. Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos na EPT. Trata-se de um estudo desenvolvido no âmbito do GECPOL – Grupo de Pesquisa sobre Gestão Educacional, Currículo e Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.

### REFLEXÕES

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem se mostrado um espaço fundamental para democratizar o acesso e promover inclusão social. No Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), entre 2021 e 2022, o ingresso nos cursos ocorreu de forma excepcional por sorteio, em razão da pandemia de Covid-19.

O sorteio é visto como alternativa potencialmente mais inclusiva, ao dispensar provas e garantir chances iguais a todos os candidatos. Contudo, a pesquisa buscou verificar se essa forma de ingresso realmente favoreceu estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica, comparando os ingressantes desses anos com os de 2019 e 2020, selecionados pelo processo tradicional.

Os resultados indicam que, embora democrático em sua proposta, o sorteio não alterou significativamente o perfil socioeconômico dos estudantes, não beneficiando majoritariamente os mais vulneráveis.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).



### “Desafios do Sorteio e a Busca por Equidade no Acesso à EPT”

Apesar de não se observar uma correlação direta entre renda familiar e ingresso por sorteio, isso não significa que não existam desigualdades no acesso à EPT. Pelo contrário, a pesquisa evidencia que a desigualdade pode se manifestar de maneiras mais sutis, não capturadas apenas por números.

É necessário que a escola e as políticas educacionais se organizem de modo a conectar o aprendizado às condições concretas de vida dos estudantes. (BEANE, 1997). Assim, mecanismos de acesso, como o sorteio, também precisam considerar as realidades dos alunos, indo além de um procedimento formal, para garantir participação, permanência e valorização das experiências de cada sujeito.

A análise mostra que a política de ingresso por sorteio, embora simplifique e torne o acesso mais ágil, precisa ser acompanhada de políticas complementares que apoiem estudantes em vulnerabilidade, como programas de permanência, acompanhamento pedagógico e inclusão digital. Sem esses mecanismos, a simples abertura de vagas não é suficiente para reduzir desigualdades históricas.